



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Acta n.º 01/2002

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dois, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em Sessão Ordinária, no Auditório da Biblioteca Municipal D. Dinis, sita na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Susana de Fátima Carvalho Amador e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II – ORDEM DO DIA-----

- PONTO 1 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----
- PONTO 2 – Projecto de Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas-----
- PONTO 3 – Selo Branco do Município-----
- PONTO 4 – Regulamento Orgânico da Câmara Municipal, Macro-Estrutura, Micro-Estrutura e Classificador-----
- PONTO 5 – Contracção de Empréstimo Bancário a Curto Prazo 01/02-----
- PONTO 6 – Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas-----
- PONTO 7 – Suplemento Mensal de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente-----
- PONTO 8 – Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia-----
- PONTO 9 – Regulamento Municipal de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho-----
- PONTO 10 – Manual de Segurança, Manual de Estaleiro, Plano Global de Segurança e Saúde e Regulamento Municipal de Fardamentos e Equipamentos de Protecção Individual-----
- PONTO 11 – Designação de um Representante da Assembleia Municipal de Odivelas para o Conselho Geral do Hospital Júlio de Matos-----
- PONTO 12 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, inerente à Assembleia Municipal de Odivelas, para participar no XII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)-----
- PONTO 13 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, inerente à Assembleia Municipal de Odivelas, com indicação do respectivo substituto, para integrar a Assembleia Distrital de Lisboa-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Registaram-se as presenças dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**:-----

Mesa:-----

Susana de Fátima Carvalho Amador (Presidente)-----

José Manuel Mendes Tudela (1.º Secretário)-----

Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade (2.º Secretário)-----

Deputados Municipais do PS:

Abílio Garcia dos Santos-----

Armando Fernando Ramalho dos Santos-----

Carlos Alberto Fortes Ribeiro-----

Domingos Manuel Antunes Tomé-----

Eduarda Frederica Correia de Barros-----

Francisco José Lourenço da Silva-----

António Manuel Zózimo Vieira-----

Joaquim Manuel Firmino-----

Jorge Manuel Mota Ramos da Silva-----

José Carolino Santos-----

Maria Fernanda Marcelo Faria Duarte Franchi-----

Ricardo Jorge Veloso Maximiano-----

Vítor Manuel Alves Peixoto-----

António dos Santos Rodrigues-----

Eduardo Manuel Miguel Tavares-----

José Francisco Guerreiro-----

Miguel Américo Nascimento Bráz-----

Deputados Municipais do PPD/PSD:-----

Delfim Rodrigues Mota-----

Manuel António Freixedas Torres-----

João Rego Lourenço de Carvalho-----

Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues-----

Luís Miguel da Silva e Sousa Martins-----

Manuel Soares Mendes-----

Paula Susana do Nascimento Teixeira Nobre-----

Pedro Miguel Ferreira Martins-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Ricardo Cordeiro Henrique Tomás (em substituição da eleita Teresa Michele Loureiro Cambraia Banco, nos termos do disposto nos Artigos 78.º e 79.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro)-----

Sandra Cristina de Sequeiros Pereira-----

Deputados Municipais da CDU:-----

Carlos José Pereira da Silva Santos-----

Francisco Joaquim Lourenço Pereira-----

José Gomes-----

Liberto Pais de Carvalho-----

Raquel Alexandra Agapito Rodrigues-----

Fernando Lourenço Baptista-----

Ilídio de Magalhães Ferreira-----

Armindo Pires Fernandes-----

Deputado Municipal do CDS/PP:-----

Reinaldo Manuel Guerreiro Figueira-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelos seguintes membros:-----

Presidente da Câmara Municipal de Odivelas:-----

Manuel Porfírio Vargas-----

Vereadores da Câmara Municipal de Odivelas:-----

Sérgio Constantino Gaspar Lopes de Paiva-----

Maria da Graça Albuquerque da Costa Peixoto-----

Carlos Manuel Pereira Lérias-----

Fernando de Sousa Ferreira-----

Carlos Manuel Maio Bodião-----

António Agostinho Rosa Antunes-----

José Esteves Ferreira-----

Maria Natália Pereira dos Santos-----

Alexandrino Augusto Saldanha-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A Presidente da Assembleia Municipal deu posse aos seguintes Deputados Municipais:-----

- Ilídio de Magalhães Ferreira, que apresentou a sua justificação de ausência ao acto de instalação, a qual fica arquivada, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião.-----
- Fernando Lourenço Baptista, em substituição do eleito Ilídio de Magalhães Ferreira, por renúncia deste ao mandato de membro eleito directamente para esta Assembleia, uma vez que optou por integrar este órgão deliberativo na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia, nos termos do disposto no artigo 38.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual fica arquivada, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião.-----
- Liberto Pais de Carvalho, que apresentou a sua justificação de ausência ao acto de instalação, a qual fica arquivada, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião.-----
- Ricardo Cordeiro Henriques Tomás, em substituição da eleita Teresa Michele Loureiro Cambraia Banco, conforme justificação apresentada.-----

Todos os Termos de Posse *supra* referidos encontram-se arquivados, por fotocópia, na pasta da presente Reunião, pelo que, se dão aqui por reproduzidos.-----

Havendo quorum, nos termos do disposto no Artigo 89.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5A/2002, de 11 de Janeiro, com a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente deu início à Reunião da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas.-----

O 1.º Secretário da Mesa deu conhecimento do expediente recebido, entre 10 de Janeiro e 4 de Fevereiro, pela Mesa da Assembleia Municipal, através da leitura de uma relação de ofícios distribuída a todos os membros e que se dá aqui por reproduzida, ficando o original arquivado na pasta de documentos da presente Reunião.-----

A Senhora Presidente prestou informações à Assembleia Municipal, designadamente, sobre a faculdade legal de constituição dos Grupos Municipais, sobre a criação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal e sobre a criação do Cartão de Eleito desta Assembleia.-----

A Senhora Presidente referiu ainda que, no **Ponto 4** da **Ordem do Dia**, foram introduzidas algumas alterações de ordem formal e substancial no Regulamento Orgânico da Câmara Municipal, pelo que, foi oportunamente distribuída pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal uma Errata do referido documento.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A Senhora Presidente informou que o **Período Antes da Ordem do Dia** deveria ter a duração máxima de uma hora.-----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----- -----

Inscreveram-se para intervir os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Reinaldo Manuel Guerreiro Figueira, pelo CDS/PP-----

Delfim Rodrigues Mota, pelo PPD/PSD-----

Francisco Joaquim Lourenço Pereira, pela CDU-----

Manuel Soares Mendes, pelo PPD/PSD-----

Pedro Miguel Ferreira Martins, pelo PPD/PSD-----

Luís Miguel da Silva e Sousa Martins, pelo PPD/PSD-----

Sandra Cristina de Sequeiros Pereira, pelo PPD/PSD-----

Armando Fernando Ramalho dos Santos, pelo PS-----

A Senhora Presidente deu então a palavra para Intervenções aos Senhores Membros da Assembleia Municipal pela ordem de inscrição acima referida.-----

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Reinaldo Manuel Guerreiro Figueira**, do CDS/PP, o qual no seu uso disse:-----

“Ex.ma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Secretária e Secretário da Mesa, Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito obrigado pela vossa presença, certamente um estímulo para todos nós.-----

Gostaria de começar por manifestar, tal como já o havia feito aquando da tomada de posse no dia 4 de Janeiro, a minha satisfação pelo facto de, convosco, poder iniciar hoje uma partilha de novas experiências, que é neste caso concreto, no que respeita a mim próprio, ser Deputado Municipal num Concelho novo, onde espero poder participar com elevação, com dignidade e com grande sentimento de vontade de servir para o desenvolvimento e crescimento do Concelho de Odivelas.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas que hoje reúne em Sessão Ordinária é sem dúvida o ponto de partida de uma grande maratona de trabalho que o Senhor Presidente da Câmara e toda a sua equipa nos presenteou já para hoje. É um bom começo. Muito obrigado por esse facto.-----

Não poderia, e talvez mais importante que todas estas palavras que tomei como considerações iniciais, de deixar de referir os últimos acontecimentos ocorridos num Concelho fronteira com o nosso e que



Município de Odivelas Assembleia Municipal

infelizmente tirou a vida a um agente de autoridade. Estamos na presença de um problema que não é de hoje, nem de ontem, mas que, aparentemente, continua sem tomada de decisões e medidas eficazes.-----
A violência, a droga, os furtos e outros factores associam-se para criar um clima de insegurança que todos sentimos e, que todos não temos, provavelmente, sabido resolver.-----
A segurança e a insegurança em que todos vivemos, é um problema de cada um de nós e de todos. Compete-nos discutir esta temática, até porque todos queremos viver em paz e tranquilidade.-----
Assim, proponho a esta Assembleia, se V. Ex.as mo permitem, que como primeiro grande gesto de intolerância às questões relacionadas com a insegurança, possamos responder com o agendamento de um primeiro grande debate público sobre esta questão, a questão da segurança, e, que para o efeito seja nomeado um grupo de trabalho ou uma comissão para a sua organização, no momento em que V. Ex.as acharem oportuno.-----
Por último quero manifestar o meu voto de pesar à família do agente da PSP morto na Damaia e ao Comando a que pertencia, deixando à consideração de V. Ex.as. a aprovação ou não deste voto de pesar. --
Muito obrigado “-----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à consideração dos Senhores Membros da Assembleia Municipal o voto de pesar apresentado pelo Membro da Assembleia Municipal Reinaldo Manuel Guerreiro Figueira, do CDS/PP.-----

APROVADO, POR UNANIMIDADE, UM VOTO DE PESAR À FAMÍLIA DO AGENTE DA PSP MORTO NA DAMAIA E AO COMANDO A QUE PERTENCIA.-----

A Senhora Presidente colocou à consideração dos Senhores Membros da Assembleia Municipal a organização do debate público sobre a questão da segurança pública a organizar pela Assembleia Municipal.-----

A **Bancada da CDU** está de acordo sobre a discussão deste assunto, mas abordado no âmbito quer de outras intervenções quer de outras questões associadas.-----

A **Bancada do PPD/PSD** considerou oportuna a marcação de uma Assembleia Extraordinária sobre este assunto.-----

A **Bancada do PS** propôs que o Grupo de Trabalho sobre a Segurança pudesse agendar a iniciativa.-----

Terminada esta questão, ficou firmado que o Grupo de Trabalho sobre Segurança e Criminalidade a constituir por Membros desta Assembleia Municipal se ocupará designadamente da concretização de um Debate/Colóquio sobre o tema.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Delfim Rodrigues Mota**, do PPD/PSD, o qual no seu uso disse:-----

“Ex.ma. Senhora Presidente, Exmos. Senhores Secretários, Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Digníssimo Público e Comunicação Social:-----

Na qualidade de Deputado eleito pelo circuito da Pontinha, venho aqui pedir a V. Ex.a. Senhor Presidente que pedisse ao Executivo Municipal que nos desse algumas informações sobre o Mercado Municipal da Pontinha. Porque razão, em Novembro, foram movimentadas algumas máquinas para limpeza, foi colocada uma placa da Câmara Municipal de Odivelas (na altura Comissão Instaladora) e, hoje, Fevereiro, está completamente na mesma ? E a população diz admirada «isto foi só para a campanha ?» ou «não se vê trabalho algum» ou «para quando a construção do Mercado da Pontinha ?» que tanta ansiedade tem tido; desde 76 para cá que eu sou autarca e sempre foi desejado e até hoje nada. A população da Pontinha fica a pensar se de facto foi só para o acto eleitoral ou se vai ter continuidade...para quando a sua construção ? É um dos bens que a população da Pontinha tanto anseia e nunca mais tem.-----

Segundo Ponto: o Centro de Saúde da Pontinha que tanto tem sido arbitrado, tanto em Loures como na Comissão Instaladora de Odivelas, que todos os dias às 5 da manhã, às 6 da manhã, vê-se grandes filas à chuva e ao frio, à espera que consigam uma consulta para os seus utentes. Eu desejaria saber pelo Executivo quais as *démarches* que este Executivo Camarário está a fazer para que satisfaça a população da Pontinha ? Não nos podemos esquecer que é a Vila da Pontinha, é a Segunda freguesia deste concelho e que necessita de instalações dignas para um Centro de Saúde digno, para o qual ela paga os seus impostos e vive na Pontinha e vive no Concelho de Odivelas.-----

Terceiro Ponto: queria alertar o Executivo desta Câmara para que fiscalizasse ou que mande lá alguém ver a marcação da via Estrada de Santo Eloy-Ramiro Esteves Coluna, que quem marcou aquilo...a própria população fica a pensar que foram os miúdos da escola, aquilo parece um autêntico labirinto e não só, é consecutivamente sinistros ali, para que isso não aconteça e para que as pessoas que nos elegeram não continuassem a ver aqueles sinistros, agradecia que o Executivo que tivesse a devida atenção e que visse que de facto aquilo não está como deve ser e provoca sinistros constantemente e até insegurança dos miúdos que vão para a escola. Por agora fico-me por aqui. Agradecia a atenção do Executivo.-----
Muito obrigado.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se desejava responder de imediato às questões levantadas no âmbito da última Intervenção ou se aguardaria pelas restantes Intervenções.-----

O Senhor Presidente da Câmara sugeriu a possibilidade de responder em bloco e **a Senhora Presidente** concedeu essa possibilidade.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Francisco Joaquim Lourenço Pereira**, da **CDU**, o qual no seu uso disse:-----

“Boa Noite a todos. Em primeiro lugar, apresentar uma saudação em nome da CDU, dirigir-me à Senhora Presidente, à Mesa da Assembleia, aos Colegas representantes das várias forças políticas, aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, também uma saudação especial ao Senhor Presidente e aos seus Vereadores da Câmara Municipal de Odivelas e a todos os Municípes aqui presentes.-----

Esta saudação no essencial tem o objectivo de demonstrar a nossa satisfação por o início de funções deste órgão, Assembleia Municipal. Como sabemos o Município foi criado há três anos, mas só agora é que temos Assembleia Municipal a funcionar.-----

Pensamos trazer a esta Assembleia Municipal não apenas a abordagem dos assuntos que nos são remetidos pela Câmara Municipal e que face à lei temos a competência e a obrigação de os debater e de deliberar sobre eles, mas, também, vamos, durante o funcionamento da Assembleia Municipal, trazer os assuntos que a população do nosso Concelho precisa que a Assembleia Municipal debata.-----

Já há pouco o Senhor Representante do Partido Popular apresentou as questões da segurança a propósito de um triste acontecimento que ocorreu no Concelho vizinho da Amadora. É um assunto que nós consideramos que deve ser debatido – as questões da segurança. Pensamos que devem ser debatidas as questões da Saúde, as questões da Habitação. Há um conjunto de questões que pensamos que devem ser depois oportunamente agendadas e que não devemos, apressadamente e de uma forma não integrada, fazer esses agendamentos, mas, deve haver uma preocupação, quer da Mesa quer da Comissão Permanente, de apresentar uma proposta de agendamento desses pontos. Mesmo sobre as questões da segurança que agora estão, e é natural que assim seja, bastante quentes devido ao trágico e triste acontecimento.-----

É evidente que, hoje, certamente, fomos todos surpreendidos com a questão dos subsídios de risco para os agentes das forças de autoridade, quer da Polícia quer da Guarda Nacional Republicana e tivemos todos a oportunidade também de ouvir que, quem quando no Governo, não legislou, não fez com que os agentes de autoridade tivessem os subsídios de risco, hoje, apressa-se a dizer que é importante haver o subsídio de risco para os agentes. Creio que há um conjunto de questões que devem ser debatidas, devem ser aprofundadas pela Assembleia Municipal também e dizer que da parte da CDU certamente não deixaremos de trazer para a Assembleia Municipal aquilo que nós considerarmos que são os assuntos que a população do nosso Concelho precisa de ver debatidos.-----

Desejo em nome da CDU, quer à Câmara Municipal de Odivelas quer a toda a Assembleia Municipal, que o nosso mandato seja profícuo no debate democrático em torno destas questões.”-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A **Senhora Presidente**, em nome da Mesa, agradeceu tanto a saudação como as sugestões apresentadas e disse que esses assuntos são considerados pertinentes e serão certamente trazidos à colação pela Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Manuel Soares Mendes**, do PSD, o qual no seu uso disse:-----

“Ex.ma. Senhora Presidente, Exmos. Senhores Secretários, Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Meus Senhores e Minhas Senhoras. Muito obrigado pela vossa presença que muito nos honra.-----

Como foi dito aqui, nós estamos de facto felizes porque de facto está consolidada a Câmara Municipal de Odivelas passou a Concelho de Odivelas e está consolidado. A partir de hoje pensamos no futuro. Hoje é o novo futuro. É o arranque do futuro do símbolo do progresso, do desenvolvimento para as nossas terras e para os nossos Municípios. Eles estão com os olhos postos em nós e nós vamos fazer os possíveis para colocar as infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento e ao seu dispor para que se sintam felizes neste Município.-----

A situação que me traz aqui neste momento, voltando agora à parte prática, é a seguinte: é a situação do parque urbano da Póvoa de Santo Adrião. Os Deputados Municipais do Partido Social Democrata requerem a V. Ex.a. Senhor Presidente que seja dada uma informação completa e detalhada sobre a situação em que se encontra o parque urbano da Póvoa de Santo Adrião e qual a previsão da sua colocação ao serviço da população. Agradecia que através da Senhora Presidente ou do Senhor Presidente da Câmara Municipal nos desse os esclarecimentos detalhados para que assim possamos aquilatar das possibilidades ou da realidade de ser colocado este bem essencial para a população que reside na Póvoa de Santo Adrião ao seu serviço. Muito obrigado Senhor Presidente. Obrigado.”-----

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Pedro Miguel Ferreira Martins**, do PSD, o qual no seu uso disse:-----

“Senhora Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas e restante Executivo, Deputados Municipais, Caro Público.-----

Cabe ao PSD apresentar a primeira Moção da primeira Assembleia Municipal de Odivelas. É para nós, por este facto, um motivo de orgulho e de uma grande responsabilidade, sempre na certeza que, na defesa dos interesses dos odivelenses e sempre que os assuntos assim o justifiquem, voltaremos a apresentar moções, assim os assuntos se justifiquem.-----

Vou passar então a ler a **Moção** que queremos apresentar:-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

«Os índices de criminalidade em Portugal, mostram as estatísticas, chegam hoje a valores de tal forma graves que justificam uma grande preocupação por parte dos responsáveis políticos.-----

As ruas, escolas, grandes superfícies comerciais estão hoje mais inseguras. Recorde-se o sucedido junto ao Instituto Superior Técnico, ou o “ataque” de gang’s juvenis, nos Centros Comerciais um pouco por toda a Lisboa, os assaltos à porta das escolas ou o roubo inadmissível de cerca de 40 viaturas num único fim de semana.-----

Esta insegurança crescente, teve como último episódio o brutal assassinio de um agente da PSP, na freguesia da Damaia, no Concelho vizinho da Amadora, que apenas com 25 anos perdeu a vida no cumprimento do dever, sem que a situação a que ia ocorrer fizesse prever grande perigosidade.-----

Desde já queremos transmitir o nosso mais sentido pesar aos seus familiares.-----

A falta de segurança e o crescimento da criminalidade é um problema transversal que urge por termo com carácter de urgência.-----

Neste ambiente de insegurança crescente, importa tomar medidas que, reforcem a autoridade e a capacidade da Entidade Policial.-----

Urge agora, perante um cenário onde o número de crimes aumenta diariamente e onde cada vez mais polícias são mortos no cumprimento do dever, ter a coragem política necessária para se tomarem as medidas necessárias.-----

Nesse sentido a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 07 de Fevereiro de 2002, aprova exigir do próximo governo, que:-----

- Sejam criadas medidas para reforçar a capacidade operacional das forças de segurança, nomeadamente com a disponibilização de mais meios e equipamentos aos efectivos da PSP e GNR;-----
- Aposte na construção de mais esquadras, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, com instalações adequadas à prossecução da sua actividade;-----
- Sejam colocados mais efectivos policiais nas esquadras, evitando sempre que possível que nos bairros mais problemáticos da grande Lisboa os turnos sejam efectuados por menos de dois agentes;-----
- O processo de formação dos agentes contemple formação específica relativa ao tipo de criminalidade que existe nos bairros mais problemáticos da grande Lisboa;-----
- Criação de medidas que permitam a atribuição de subsídio de risco para os agentes policiais, e de um seguro de acidentes pessoais como forma de minimizar os problemas dos familiares aquando de agentes mortos em serviço.-----

Odivelas, 07 de Fevereiro de 2002-----

Nota: A ser aprovada esta Moção deve ser enviada ao Ministério da Administração Interna (MAI), ao Governo, à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares e às diversas Associações de Polícia.”-----

A Senhora Presidente colocou à consideração dos Senhores Membros da Assembleia Municipal a admissão da Moção apresentada pelo PPD/PSD.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A MOÇÃO FOI ADMITIDA, POR UNANIMIDADE, À DISCUSSÃO.

Porém, uma vez que a Moção teve de ser reproduzida para distribuição aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, a discussão da mesma foi remetida para o fim das Intervenções dos Senhores Deputados inscritos.

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Luís Miguel da Silva e Sousa Martins**, do **PSD**, o qual no seu uso disse:

“Antes de mais gostaria de apresentar os meus cumprimentos à Ex.ma. Senhora Presidente da Mesa, aos Senhores Secretários, Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Público presente, Comunicação Social e aos funcionários que se encontram neste momento a trabalhar.----

Muito se tem falado nestes últimos tempos acerca da globalização e, a nível concelhio e a nível local, nós podemos considerar que esta globalização se traduz um pouco numa aldeia grande. Nós vivemos numa aldeia grande. Odivelas, apesar dos seus milhares de habitantes, digamos, é uma aldeia em ponto grande e, precisamente, onde os eleitos estão próximos dos seus eleitores. É neste sentido a minha intervenção.---- São duas perguntas muito concretas colocadas por um Múncipe que, sabendo da minha eleição para Deputado, me colocou estas perguntas e eu não lhe soube responder. É nesse sentido que venho questionar o Senhor Presidente da Câmara ou então os Senhores vereadores.-----

Existe um terreno baldio ao pé da Ribeira de Odivelas, no Bairro Olaio, na Rua Vasco da Gama, onde tem uma ponte romana, digamos assim, pelo menos deve ser do Paleolítico ou então ainda anterior. Esse terreno baldio era utilizado até há pouco tempo atrás, indevidamente é certo, para estacionamento. Sempre foi utilizado para estacionamento. É certo que as pessoas que andam em Odivelas, as pessoas que vivem em Odivelas e que não têm motorista, que é a maior parte da população Odivelas, sabe que é difícil estacionar no centro de Odivelas; poderemos considerar que aquele é o centro de Odivelas. Difícil estacionar era e mais difícil se tornou agora. Foram colocados neste momento pilaretes a delimitar todo aquele terreno baldio, que são ainda umas boas dezenas de metros. Neste momento, aquele terreno, completamente sem ser utilizado, podemos dizer que, se é para construir jardim, então está, pelo menos a nível de adubo, perfeitamente em bom estado. Falta agora proceder à plantação. Agora a pergunta concreta é: qual é o destino daquele terreno que neste momento está vedado por pilaretes ? As pessoas interrogam-se uma vez que poderiam estacionar lá os carros. Antes estacionavam lá os carros e poucas vezes estacionavam em segunda fila. Quando estacionavam em segunda fila, muitas vezes aparecia a Polícia ou pelo menos tentava de vez em quando aparecer. Só que neste momento aparece a Polícia todos os dias a multar, como é de Lei, os carros estacionados em segunda fila, mesmo sendo segundos carros de pessoas. As pessoas neste momento estão um pouco indignadas com esta situação. Basicamente: o que é que vai



Município de Odivelas Assembleia Municipal

acontecer àquele terreno ? Porque razão estão lá os pilaretes ? Porque razão não se faz lá um parque de estacionamento ? Se existe algum outro destino para aquele local ?-----

Segunda pergunta concreta e quanto a isto não me vou alongar:-----

Para quando a saída no nó das Patameiras ?-----

Usou da palavra a Senhora Membro da Assembleia Municipal **Sandra Cristina de Sequeiros Pereira**, do **PSD**, a qual no seu uso disse:-----

“Antes de mais queria dirigir os meus cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, na pessoa da Senhora Presidente, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Senhores Vereadores, a todos os Senhores Deputados Municipais e a todos os Múncipes presentes.-----

A Bancada do PPD/PSD pretende ver esclarecido nesta Assembleia qual o destino que o Executivo da Câmara pretende dar ao Espaço Europa. Sabemos por informação do Senhor Presidente que o mesmo pretende que seja deslocado para o CAELO, sendo que, o encerramento do Espaço Europa, em termos físicos, é já uma realidade, um facto consumado, desejaríamos que se esclarecesse se a sua reabertura no CAELO é também já um facto consumado, ou seja, se já foram desenvolvidos os necessários contactos com as parcerias do CAELO, no sentido de autorizar nessas instalações a reabertura do Espaço Europa ? E em que tempo útil isso se concretizará ?”-----

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Armando Fernando Ramalho dos Santos**, do **PS**, o qual no seu uso disse:-----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas e respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Eleitos Locais, Representantes da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

É minha honra saudar V. Ex.as. em nome da Bancada do Partido Socialista nesta primeira sessão de trabalhos da Assembleia Municipal de Odivelas.-----

O Partido Socialista aqui representado por esta Bancada, constituída por eleitos directos e pelos Senhores Presidentes de Junta eleitos, representam o voto dos cidadãos eleitores do nosso Concelho. O mandato que agora iniciamos será exercido nos termos da lei e no quadro das competências e atribuições aí previstas. A realidade histórica pelas características fundacionais condiciona-nos positivamente.-----

Da experiência convivencial, reconhecemos que viver em sociedade implica uma certa ordem e certas normas. As normas pelas quais nos regemos situam-se tanto no âmbito moral como no âmbito social, bem como no da simples cortesia. O valor fundamental para o Partido Socialista é a Liberdade e a realização pessoal no quadro de uma sociedade solidária.-----

Frequentemente os resultados não coincidem com os fins proclamados. É nosso firme propósito concretizar o compromisso eleitoral que estabelecemos com os eleitores do nosso Concelho.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Senhor Presidente, na observância das competências que a lei define, terá V. Exa. da Bancada do Partido Socialista uma postura implícita, considerando os objectivos superiores que pretendemos realizar. O nosso ideal é comum – servir. Não obstante as dificuldades e as críticas o fundamento das causas é justo e não será alterado. De tudo o que é observado é possível observar que o êxito do nosso trabalho também depende da situação histórica nacional, das mentalidades e das situações socio-políticas presentes.-----
A todos, a Bancada do Partido Socialista, cordialmente cumprimenta com os melhores votos de um bom e profícuo trabalho.”-----

A Senhora Presidente agradeceu as Intervenções e, verificando que as cópias da Moção apresentada pelo PPD/PSD ainda não tinham sido distribuídas por todas as Bancadas, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos Senhores eleitos da Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Manuel Vargês**, o qual no seu uso disse:-----

“Muito Obrigado Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Saúdo V. Ex.a. e a Mesa. Saúdo também todos os Senhores Deputados Municipais a quem desejo em conjunto um profícuo trabalho, garantindo que, da minha parte e do Executivo Municipal da Câmara de Odivelas, haverá toda a colaboração e todo o empenhamento no trabalho que temos de realizar em conjunto ao longo deste quatro anos, porque fomos eleitos para zelar em conjunto pelo bem estar das populações do Concelho de Odivelas.-----

Queria também saudar os meus Colegas do Executivo, os Senhores Jornalistas que nos quiseram dar a honra de acompanhar esta Primeira Reunião da Assembleia Municipal, os técnicos e dirigentes presentes, todo o pessoal de apoio pela proficiência com que vos vai apoiar nestes trabalhos e, antes de mais, agradecer também os votos de bom trabalho desejados ao Executivo desta Câmara Municipal e a garantia que tudo faremos para corresponder às expectativas que todos depositam em nós.-----

Em relação às questões que foram colocadas, de uma forma sucinta e muito clara:-----

- Em primeiro lugar, em relação ao Mercado da Pontinha, dizer-vos que já havia entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, um projecto de estatutos para a constituição de uma Associação de Municípios entre Odivelas e Lisboa para a construção e exploração naquele espaço do Mercado Municipal da Pontinha. Temos que aguardar agora que o novo Executivo da Câmara de Lisboa aprove a constituição dessa Associação de Municípios para que também ela possa ser aprovada no Município de Odivelas, como era vontade das partes, uma vez que já tinha sido acordado pelo então Vereador responsável da Câmara de Lisboa e nós próprios.-----

- Em relação ao Centro de Saúde da Pontinha, é do conhecimento público que, quer eu quer a Senhora Vereadora responsável e anteriormente Vogal responsável na Comissão Instaladora também pela Saúde, temos feito diligências pessoais e escritas junto do Ministério para que seja regularizada rapidamente uma incompreensível situação entre a Direcção-Geral do Património e a Administração Regional de Saúde sobre



Município de Odivelas Assembleia Municipal

a propriedade daqueles terrenos para que eles passem de imediato à posse e ali se possa dar início à construção do Centro de Saúde, sendo certo que já manifestámos, quer pessoalmente quer por escrito, a nossa disponibilidade para, tal como fizemos para Odivelas, para a Póvoa e para Olival de Basto, assinar com o Governo um Contrato-Programa em que o Município de Odivelas se disponibilize desde já para construir ele próprio o Centro de Saúde, uma vez aprovado pelos responsáveis do Ministério da Saúde e respectivos Projectos de Arquitectura e de Especialidades.-----

- Em relação da estrada de Santo Eloy, tomei a devida nota, encaminharei o assunto para o DOM e enviarei a resposta quando a tiver para a Senhora Presidente poder comunicar ao nosso Deputado Municipal Delfim Mota.-----

- Em relação ao Parque Urbano da Póvoa, quero apenas lembrar que amanhã o DOM e a Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião vão fazer uma reunião onde estará presente o Senhor Vereador responsável por essa área para analisar toda essa questão e toda essa problemática que o Senhor Deputado, e bem, aqui colocou, sobre o Parque Urbano da Póvoa. Portanto, logo que essa Reunião ou essas outras Reuniões tenham conclusões e dêem frutos poderão ficar tranquilos que eu próprio transmitirei uma informação detalhada à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para que a transmita aos Senhores Deputados Municipais que a solicitaram.-----

- Em relação ao terreno baldio, o Projecto para essa área, em termos de requalificação daquela área, foi hoje mesmo analisado numa reunião feita com a Junta de Freguesia de Odivelas e com o DOM e as conclusões dessa reunião e os estudos que daí advierem farei chegar também atempadamente à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

- Sobre a saída do nó das Patameiras de ligação à CRIL, em princípio, segundo as informações que nos são dadas pelo ICOR e pelos empreendedores que vão financiar a obra – são dois promotores, um promotor imobiliário e o outro promotor que vai construir uma Grande Superfície naquela zona – é que estará concluído até finais de Novembro todo o nó e todas as infra-estruturas que lhe vão dar continuidade.-

- Sobre o Espaço Europa, devo dizer-vos que, como é do conhecimento público, nós neste momento temos uma Câmara Municipal e, tendo nós durante três anos instalado o Município, temos agora nesta fase inicial que instalar a Câmara Municipal. E, portanto, como compreenderão, instalar os Senhores Vereadores e os seus serviços com alguma qualidade não se compadece com a situação que vivíamos anteriormente de uma Comissão composta por cinco elementos e que, hoje, são onze Vereadores. De qualquer forma, dizer-vos que é nossa opinião que um melhor aproveitamento do CAELO, até pela centralidade que aquele espaço tem e pela dignidade que oferece, é nossa intenção numa reunião que já está agendada, aliás mas desmarcada mas que vai ser re-agendada com os parceiros do CAELO iremos naturalmente procurar estabelecer com eles a melhor solução para que aquele espaço do CAELO em termos de centralidade e dignidade possa ser um palco de todas as iniciativas que à volta do Espaço Europa se pretendia desenvolver e que passem a ser desenvolvidas no CAELO. Mas, essencialmente, esse espaço neste momento foi absolutamente indispensável para a instalação da Câmara e nós próprios tomamos de



Município de Odivelas Assembleia Municipal

imediatamente as diligências para contactar os nossos parceiros no CAELO para que as iniciativas que estavam previstas para o Espaço Europa se reinstalassem em termos de dignidade e centralidade naquilo que são hoje as belíssimas instalações do CAELO naquele espaço central aqui em Odivelas.-----
Senhora Presidente é tudo o que tenho para informar. Muito obrigado.”-----

A Senhora Presidente tomou então a palavra para agradecer as informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara e dizer que a Mesa aguarda as informações por escrito e detalhadas que o Senhor Presidente da Câmara prometeu enviar em relação a alguns dos pontos.-----

A Senhora Presidente, considerando reunidas todas as condições para se proceder à discussão e votação da Moção apresentada pelo PPD/PSD, deu a palavra aos Senhores Deputados inscritos.-----

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Vítor Manuel Alves Peixoto**, do **PS**, o qual no seu uso disse:-----

“Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Técnicos Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

A discussão desta Moção é para nós também extremamente importante.-----
O facto de a Bancada do Partido Socialista ser também a Bancada que apoia o Governo em funções, não quer dizer que a Bancada do partido Socialista esteja sempre de acordo com aquilo que o Governo faz.-----
Estamos de acordo com bons exemplos que foram dados neste País em matéria de segurança, mas temos consciência que o problema da segurança não se resolve só com mais polícias na rua. O problema da segurança resolve-se também com o combate às chagas sociais e, portanto, esta é uma missão que o próximo Governo tem de assumir, nalgumas situações continuando o trabalho desenvolvido por este Governo e, noutras circunstâncias, continuar a formar mais polícias, para que existam mais polícias nas ruas.-----

Temos bons exemplos: a Escola Segura, a Segurança de Proximidade no Apoio aos Idosos, mais polícias na rua - foram formados cerca de cinco mil.-----

Por estas razões, entendemos que o próximo Governo tem pela frente uma tarefa extremamente árdua, porque o problema da segurança não se resolve pelo facto de existir um polícia em cada esquina de rua. O problema da segurança resolve-se com a formação das pessoas, a educação e o combate às chagas sociais que, na minha opinião, é a causa mais importante da insegurança em que se vive.-----

Podem esperar de nós sempre o apoio nas críticas que existem relativamente às mais variadas áreas que venham aqui a debate. No entanto, gostaríamos de sugerir, Senhora Presidente da Assembleia Municipal,



Município de Odivelas Assembleia Municipal

que, no debate que se vá fazer sobre esta matéria, sejam convidadas todas as entidades envolvidas em matéria de segurança, porque, penso, que elas têm um contributo muito importante a dar a este debate.-----
Apoiaremos, obviamente, esta Moção.”-----

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Carlos José Pereira da Silva Santos**, da **CDU**, o qual no seu uso disse:-----

“Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas de Assembleia, Ex.mo. Público.-----

Neste tema como noutros, claramente se vê que há concepções totalmente opostas em relação a um tema e a um assunto concreto.-----

Na verdade, a perspectiva da segurança, para alguns, e resulta de uma resposta a quente e superficial, é que é um problema de polícia; é um problema securitário; é um problema de pôr um polícia a cada um; é uma leitura que bebe no clima de insegurança que se promove. Porque, é verdade que, em termos de segurança, e os números dizem que os níveis de segurança não são realmente elevados, mas os números não têm progredido. O que tem progredido, essencialmente, é o clima de insegurança criado pela opinião pública criada que vai ao encontro da imprensa.-----

Isto, é preciso dizer que é a parte superficial e a ela responde-se com mais polícia, outros poderão mesmo dizer com mais formação. Mas, quando se põem factos concretos nesta área concreta da polícia, e ora estejam no Governo ou na oposição, votam contra. Naturalmente, é um tema que em oposição dá grande exploração superficial, inconsequente e que leva os ânimos populares a serem de acordo com mais e mais polícia.-----

Naturalmente, não é o Estado Policial - e aqui o Senhor Deputado Vítor Peixoto já levantou uma questão, mas levanta-a como Pilatos lava as suas mãos – são as questões sociais. E respondendo a isso – nestes tempos que vão correndo, são seis anos já – que questões sociais foram combatidas como causa primeira da insegurança ? E como causa não primeira do clima de insegurança que tem outra causa que não só a insegurança, o que é que tem sido feito ? Para o clima de insegurança nada tem contribuído, antes com medidas avulso, têm mostrado que vão também na mesma onda de que é bom o clima de insegurança que só serve claramente a Direita. Quanto a medidas concretas, diz formação. Acabo de ler os dados e aqui na nossa região de Lisboa o número de analfabetos, numa década, desceu um e meio por cento. Por acaso, do outro extremo quase duplicou o número de licenciados. Mas, a causa primeira é que os tais quase mais de meio milhão nesta Grande Lisboa não sabe ler nem escrever. Temos duzentos mil, nas minorias étnicas, tratados numa situação degradada, pouco apoiada e que não têm o mínimo para ter um desempenho social e humano correcto.-----

Por isso, digamos que o falar da causa das coisas, seria aquilo que se convidava a uma pessoa inteligente e a uma pessoa responsável para falar, seria o combate claro a quem quer promover o clima de



Município de Odivelas Assembleia Municipal

insegurança, a quem quer falar de casos concretos terríveis e dizer que isto tudo está mal e, naturalmente, se for oposição, ainda está pior. Portanto, a resposta não é, nem pode ser, a de um Estado Policial.----- Não pode ser, conforme a posição em que estiverem, a resposta que melhor lhe convém. Se aqui nesta Bancada ou noutra sítio e se estiverem na oposição dizem que é preciso mais esquadras, quando estão no Governo encerram-nas. Quando estão no Governo, em vez de desenvolverem as esquadras de proximidade, fazem-nas concentrar. Os que agora estão no Governo há seis anos vão acordando, talvez a toque de uma televisão ou de um jornalista mais efusivo que, inclusive, não respeita o direito à privacidade e o direito à imagem do morto e faz uma exposição clara.-----

Pela forma como a sociedade é gerida, estão criadas as condições para haver um clima de insegurança numa sociedade individualizada, onde não há já o direito de vizinho, onde alguns dizem que a melhor maneira é conhecermo-nos uns aos outros, onde quando pessoas vivendo no mesmo prédio há tantos anos, vinte anos depois não conhecem o vizinho do andar de cima. Quando não há o que se chama uma interação entre todos, onde cada um corre por si e numa correria que o regime social abrangente que está aí tem promovido. Digamos que depois atiramos o tiro à lebre que soltámos. Agarra, agarra ! Nós que a promovemos vamos tentar agarrar.-----

É preciso, e isto é importante que todos saibam, que não é com medidas demagógicas e extemporâneas de mais polícia que se vai resolver a situação. É indo à causa da coisas e para isso é preciso coragem, inteligência e não meramente responder ao vento da opinião pública.-----

Muito obrigado.-----

Usou da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal **Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues** do **PPD/PSD**, o qual no seu uso disse:-----

“Senhora Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Pela intervenção agora do Senhor Representante da CDU, entende-se perfeitamente porque é que a CDU está desfasada da sociedade portuguesa.-----

A CDU pretende transformar um problema de segurança, que é um problema de todos nós – Esquerda e Direita, ao dizer claramente que isto favorece claramente a Direita. Eu tenho que dizer ao Senhor Representante está com umas teias de aranha na cabeça, mas tem que se libertar desses problemas e desses complexos. Proteste à vontade, mas isto não tem nada de mal”-----

A **Senhora Presidente** solicitou aos Membros da Assembleia Municipal para não entrarem em discurso directo.-----

“O Sr. Representante não tem em linha de conta o aumento da população. Não tem em linha de conta a abertura de fronteiras devido aos tratados que nós temos com a União Europeia. Não tem em linha de conta



Município de Odivelas Assembleia Municipal

que mesmo havendo um problema social que nós reconhecemos, mesmo que isso daí advenha um problema de segurança, as causas estão cá e estamos nós a vivê-la no dia-a-dia. Portanto, só com uma maneira mais eficaz de fazer o policiamento é que dá segurança à população. E o Sr. Representante tenha em atenção uma coisa: isto não é um problema político, não é um problema de esquerda/direita, é um problema de segurança que diz respeito a todos nós.”-----

Usou da palavra o Membro da Assembleia Municipal **Ilídio de Magalhães Ferreira, da CDU**, em defesa da Honra, o qual no seu uso disse:-----

“Senhor Representante do PSD, as teias de aranha estão em quem as conhece e quem as sente e está de tal maneira embrulhado nelas que se esqueceu que quem concentrou as esquadras de polícia foi o PSD; quem afastou o policiamento do cidadão foi o PSD. Quem fez políticas gravosas sociais foi o PSD. Quem agora vem dizer que faz tudo a favor do povo e dos trabalhadores é o PSD. Mas quem correu o Cavaco Silva foi na Ponte sobre o Tejo – e quem foi corrido foi o PSD. Quero chamar a atenção para que de facto a política de direita feita pelo PSD é mesmo uma questão política – são questões políticas que resolvem os problemas. A Política é qualquer coisa que atravessa as pessoas – é qualquer coisa que torna as pessoas felizes ou infelizes; não é conversa, todo aquele que acha que a política é falar bem, não resulta. A política que nós entendemos de direita ou de esquerda é aquela que torna felizes as pessoas ou que torna infelizes. É aquilo que as atira para a marginalidade ou não. Aquela que a leva ao convívio social ou não. Ora, a política de direita tem levado ao individualismo, à exploração desenfreada, ao isolamento das pessoas a sectores completamente abandonados daquilo que é essencial – é isto que faz a criminalidade neste País.”-----

Usou da palavra o Membro da Assembleia Municipal **Reinaldo Manuel Guerreiro Figueira, do CDS/PP**, o qual no seu uso disse:-----

“ Naturalmente que eu não venho aqui dirigir palavra a qualquer das pessoas que veio aqui intervir antes de mim, porque acho que algumas delas foram tão menores que dispensam da minha parte qualquer tipo de comentários.-----

A segurança, a insegurança, como outros temas, são de facto situações que não são de esquerda nem de direita, são situações que todas as pessoas vivem e tem que ser resolvidas com atitudes e talvez que a proposta e a Moção apresentadas pelo PSD podem ter um conjunto de soluções. Não digo que as esgote, mas é certamente um conjunto de soluções.-----

Reforço que não entro em diálogos de esquerda/direita, com quem quer que seja, neste ou noutro local.-----
Afirmo também que sou de direita e sou muito feliz.”-----

Usou da palavra o Membro da Assembleia Municipal **Carlos José Pereira da Silva Santos, da CDU**, em defesa da honra, o qual no seu uso disse:-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

“Muito claramente quero dizer que quando faço as intervenções e naturalmente quando apresento os meus argumentos nunca precisei de ofender nem criar outras justificações para quando não as tenho.-----
Naturalmente que não estou a pôr em causa a legitimidade de alguém defender o policiamento com o único caminho ou defender a neutralidade política desta medida que não é possível neutralizar politicamente, porque nada é neutro em termos de política. Agora o que digo claramente é que esta matéria é uma matéria estudada e da qual domino do ponto de vista técnico e científico e conheço documentos mais do que suficientes para demonstrar o contrário.-----
Portanto essas formas pouco simpáticas de intervir ou mostram que ignora este tema ou quis somente fazer gincana política e de certo modo querer boicotar um debate sério que é preciso fazer.-----
Estou disponível para disponibilizar os meus conhecimentos e contactos de natureza científica, e não só, para podermos discutir à vontade sem inquinhar em tipo de comentários a despropósito e que só desmerecem quem os faz.”-----

Usou da palavra o Membro da Assembleia Municipal **João Rego Lourenço de Carvalho do PPD/PSD**, o qual no seu uso disse:-----

“Eu não estava para falar deste ponto da ordem de trabalhos porque não costumo falar por tudo e por nada.-----

É evidente que quando eu vejo apresentada aqui uma Moção com dois objectivos fundamentais; primeiro prestar homenagem em cima do acontecimento a um jovem elemento das forças de segurança que foi barbaramente abatido no desempenho da sua missão. Esse era o primeiro objectivo da nossa moção e parece-me que as pessoas que aqui se manifestaram contra o estado policial a propósito deste jovem, eu digo, se há céu, provavelmente este jovem já se estará a revolver no seu leito celeste em função destas intervenções.-----

Eu sei que estas pessoas que se revoltam contra o estado policial não se revoltam contra o estado policial em absoluto; eles se calhar estão um bocado saudosistas daqueles rapazinhos em passo de ganso que caminharam durante muitos anos em certos países de leste e esta é de facto a ideia provavelmente de segurança que eles têm. Felizmente nós não temos isso, o povo russo também já não tem isso porque os eliminou, penso que definitivamente, e portanto aquilo que nós gostaríamos de falar, e este é o segundo aspecto da nossa moção, é que a questão das forças de segurança e do tratamento policial também há opiniões a dar acerca disso.-----

Há uma questão de competência envolvendo estas questões. É evidente quando se vem aqui dizer que uns defendem um certo tipo de esquadras, é assim; tem de haver um debate público. Aquilo que a nossa moção traduz foi aquilo que se ouviu o povo dizer em todos os lados a propósito desta questão. Esta moção não vem para aqui defender um estilo de estado, policial ou o que quer que seja. Parecia-me mal que a Assembleia Municipal não se pronunciasse em relação a esta questão, estando nós na área da grande Lisboa onde todas estas questões se passam.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Não se esqueçam da Azinhaga dos Besouros, de onde é residente, tanto quanto se sabe, o assassino deste jovem, é ali ao lado da Pontinha. Por acaso tenho o privilégio de morar ao lado da Azinhaga dos Besouros e sei o que é aquela questão - várias pessoas do meu prédio já foram lá assaltadas e porquê?-----
Porque efectivamente as forças policiais devido à redução, não entram lá. Assim que sai um carro da esquadra da Pontinha, automaticamente toda a gente na Azinhaga dos Besouros sabe. É por isso que há uma certa diferença entre defender as super esquadras e defender as pequenas esquadras. Nas pequenas esquadras as pessoas estão perfeitamente inoperantes – toda a gente controla os movimentos da polícia. Nas super esquadras é completamente diferente porque actuando com agentes que estão sempre a mudar e estão noutra sítio, ninguém se apercebe quando eles saem e vão fazer uma actuação.-----
E esta é uma questão muito simples: ou tomamos posição em relação a um acto bárbaro que aconteceu na nossa sociedade aqui às nossas portas e defendemos de facto que isso tem que transitar para o exterior, tem que chegar ao conhecimento de que esta jovem Assembleia Municipal vai tomar posição em relação a isto e que este é o primeiro passo.”-----

A Senhora Presidente declarou encerrado o período de discussão da Moção e colocou-a à votação. -----

A MOÇÃO FOI APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

Foi apresentada, pelo Membro da Assembleia Municipal **Francisco Pereira, da Bancada da CDU**, a seguinte declaração de voto:-----

“O nosso voto favorável à Moção apresentada não pode ser interpretada como um voto favorável. Duas posturas que nós temos verificado; uma quando se tem os instrumentos e o poder na mão; ou seja, quando se é Governo, e outra quando não se tem esse poder político. Há pouco foi referida a esquadra da Pontinha; ora, esta esquadra podia estar hoje fechada pelo Governo PSD se não tem sido a luta da população e da Junta de Freguesia da Pontinha na altura Presidida pela CDU. O nosso voto favorável não significa que nós estejamos de acordo com o voto, neste caso, na Assembleia da República, quer do PSD, quer do PS quando foi rejeitada a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP para que houvesse subsídio de risco, que está na Moção, e eu fico satisfeito por ver que houve uma mudança de posição porque na Assembleia da República, há pouco tempo, podia ter sido aprovado na Moção para ver se pode vir a existir dentro de pouco tempo. A nossa posição é coerente quer na Assembleia da República quer através da nossa influência no movimento associativo, quer na luta dos nos eleitos locais, nós temos estado a lutar por mais esquadras. Todos nós sabemos os terrenos que foram cedidos, quer no Concelho de Odivelas, quer noutros Concelhos e quantos de nós sabemos que estão lá os terrenos à espera das esquadras que nem o Governo do PSD nem o Governo do PS as executaram até hoje. Isto para dizer que é importante que quando apresentamos moções consigamos também que as pessoas e os nossos partidos quando estão quer na Assembleia da República, quer no Governo possam ter oportunidade de cumprir



Município de Odivelas Assembleia Municipal

antecipadamente, em alguns casos, as moções que posteriormente, por esses problemas não terem sido resolvidos somos todos obrigados a debater e a discutir.-----

Por fim, só dizer o seguinte: com certeza que ninguém apresenta uma Moção para ser discutida e depois pensa que não há discussão.”-----

-----II – ORDEM DO DIA-----

A **Senhora Presidente** deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada.-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----

A **Senhora Presidente** solicitou a inscrição dos Membros da Assembleia Municipal que desejassem interpelar o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à Informação escrita sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, prestada a esta Assembleia nos termos do disposto no artigo 53.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual.-----

Para intervenções sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, a Mesa registou as inscrições dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues, pelo PPD/PSD;-----

Ilídio de Magalhães Ferreira, pela CDU;-----

Reinaldo Manuel Guerreiro Figueira, pelo CDS/PP;-----

Armando Fernando Ramalho dos Santos, pelo PS;-----

Vítor Manuel Alves Peixoto, pelo PS.-----

O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues**, em nome da bancada do **PPD/PSD**, no uso da sua palavra, para intervenção sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, disse:-----

“É uma informação detalhada, com vários anexos, que desde já agradecemos, mas que diz apenas respeito a um período do mês.-----

Quase todos os pontos mencionados estão incluídos nos pontos seguintes da ordem de trabalhos, e sendo assim vamos aguardar a sua discussão mais à frente.-----

No entanto, existem alguns pontos que gostaríamos de ver esclarecidos por parte do executivo, quando for possível, que são os seguintes:-----

AMASCULTURA-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

É dito entre outras coisas que:-----

«Foi assegurado aos trabalhadores afectos ao funcionamento do Centro Cultural da Malaposta, a estabilidade das suas situações laborais».-----

As perguntas a colocar são as seguintes:-----

Qual é o número de trabalhadores à data da extinção?-----

Os trabalhadores aos quais é garantida por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, a estabilidade das suas funções laborais, são unicamente os trabalhadores que mantêm em funcionamento o Centro Cultural na sua vertente de manutenção simples, ou engloba todos os trabalhadores à data da extinção?-----

Não englobando todos os trabalhadores qual a solução que vai ser adoptada para os trabalhadores, que estavam no regime do chamado “recibo verde”?-----

Qual a responsabilidade dos restantes Municípios envolvidos neste projecto?-----

ANEXO A-----

Na informação nº 7/DAF, com data de 23 de Janeiro, no 4º Parágrafo, salienta-se que «parte» da dívida, de cerca de 2 milhões de 100 mil contos, está coberta quer pelo financiamento resultante do empréstimo de médio e longo prazo, contraído em 2001, quer pelo saldo de Gerência do mesmo ano.-----

A nossa pergunta é a seguinte:-----

Qual é a parte que está coberta, em termos percentuais?-----

Depois no mapa de valores para pagamento (por meses), surgem os valores em dívida, até Dezembro de 2001, mais um valor de cerca de 78 mil contos à EDP, e na rubrica «outros» um valor de 186 mil contos, que gostaríamos de ser esclarecidos do que se trata.-----

No mapa seguinte, valores para pagamento (por assunto), este sim com data de 14 de Janeiro, aparece a dívida à EDP, com um valor de 63 mil contos, embora tendo uma ideia do que se terá passado gostaríamos de ser elucidados, pois os valores diferem.-----

Depois, temos aqui, um valor em dívida às Juntas, que perfaz cerca de 111 mil contos, que gostaríamos igualmente de saber individualmente o valor em dívida a cada Junta.-----

Dado que tive a honra de pertencer à Assembleia de Freguesia da Ramada, no mandato anterior, tive ocasião de verificar a dificuldade de funcionamento que o atraso nos pagamentos origina nas Freguesias.---

Temos um valor aproximado de 23 mil contos, que diz respeito à rubrica «Aluguer de viaturas», que por ser excessivo, pretendíamos saber a quantos meses em dívida diz respeito.-----

Finalmente, gostaríamos de saber se existe alguma política de pagamentos e qual a sua periodicidade.-----

Se é norma da Câmara Municipal de Odivelas pagar a 30, 60 ou 90 dias, ou se o serviço é pago, quando calha ou quando há dinheiro.-----

Num outro anexo mais à frente, e que diz respeito ao «Grau de Endividamento Municipal em 2002» verificamos com preocupação o seu valor elevado, de cerca de 8 milhões e meio de contos, como é do conhecimento de todos, mas que não deixa de ser preocupante, pois mesmo sabendo que parte desta



Município de Odivelas Assembleia Municipal

dívida resulta do pagamento a LOURES, temos curiosidade e interesse em saber como irá ser elaborado o orçamento, resultante do Plano de Actividades a ele afecto.-----

Porque os encargos para o ano de 2002, já ultrapassam os 400 mil contos.-----

Mas, como diz um conhecido cronista da nossa praça, aguardaremos, serenamente – acrescento eu – as cenas dos próximos capítulos.-----

ANEXO E-----

Uma carta do Sr. Ministro da Saúde, sobre o lançamento de Novos Hospitais, sob a forma de parcerias Público – Públicas, que está na posse dos Drs. Deputados Municipais, e, que resumindo, aborda o seguinte tema:-----

Criação de uma sociedade gestora, composta pelo Ministério da Saúde, IPE e Municípios, para a construção do novo Hospital Loures – Odivelas.-----

A atribuição por diploma legal da responsabilidade da concepção, construção e financiamento de cada hospital, à respectiva sociedade gestora, e a gestão da exploração e da respectiva componente clínica por um período de 20 a 25 anos.-----

Findo este período, cada hospital reverte para a posse do Ministério da Saúde.-----

Depois no seu 5º parágrafo, diz-se que o financiamento dos serviços hospitalares, durante o período estabelecido, será assegurado pelo Ministério da Saúde, através do orçamento Estado conforme prevê a lei de Bases da Saúde. Ou seja, nós comuns mortais e simples deputados municipais, ficamos confusos, portanto se alguém nos conseguisse explicar, agradeceríamos.-----

No entanto, parece-nos e se estivermos errados pedimos, desde já, as nossas desculpas, que esta actuação do Governo, assemelha-se a mais uma manobra dlatória para ir adiando a construção do novo Hospital de Loures – Odivelas. Porque, no nosso raciocínio, tivemos em linha de conta as promessas anteriormente feitas e não cumpridas. Porque este Governo em seis anos de gestão, não construiu qualquer Hospital na Área Metropolitana de Lisboa. Porque toda actuação deste Governo, nos leva a concluir, que o seu principal modo de actuação, é protelar, adiar, e de preferência, alijar as suas responsabilidades nesta matéria, atirando o odioso da rentabilização do novo Hospital para as Autarquias."-----

O Membro da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio de Magalhães Ferreira, em nome da Bancada da CDU**, no uso da palavra, para intervenção sobre a Actividade e Situação do Município, disse:-----

"A leitura e análise desta informação preocupou o grupo da CDU que vai ter pedir alguns esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara mandou documentação suficiente para nós verificarmos que alguma dela está errada (supomos nós). Pedimos que nos confirme se o que está certo é o mapa que os seus serviços fazem sobre o grau de endividamento Municipal de 2002 ou se é o mapa da Caixa Geral de Depósitos, que diz o endividamento é cinquenta e um milhão seiscentos e oitenta e nove mil setecentos e trinta e seis ponto dezoito euros?-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Parece-nos que deixaram de fora os empréstimos, os primeiros três empréstimos, e quero confirmação; porque isto implica uma avaliação da qualidade da informação que nos é dada. Não quero acreditar que seja uma habilidade para nos confundir.-----

Portanto, o que tem aqui, a Caixa Geral de Depósitos é precisamente o número que afirmei (não vou repetir), é que isto tem uma importância muito grande, o resto do mapa está certo, aquela parte é que nos parece que não está, diz-nos que há menos empréstimos do que aquele que há; portanto é ver o que está certo.-----

Por outro lado o mapa da Caixa Geral de Depósitos indica-nos que os últimos empréstimos, os três empréstimos não têm amortização, nós pensamos que está certo isso, e os serviços dão-nos como possibilidade de endividamento ainda um determinado número, o que não é verdade, é que não têm aqui mencionado quando começam a pagar amortização, qual é o encargo e quando é que ocorre.-----

Este mapa tinha que ter a informação quais os encargos e a projecção dos encargos futuros para ver qual é a situação real, por exemplo, daqui a três anos; não sei se está nesta situação sem amortização três anos, parece-me que é à volta de três, quatro anos...-----

Pois daqui a três anos, precisamos de saber qual é a situação financeira, quais são os encargos financeiros que a Câmara tem com estes empréstimos, para nós podermos avaliar o risco que estamos a correr com estes empréstimos. Aliás isto é o resultado de não haver uma Assembleia Municipal durante três anos. Contra essa lei sempre me manifestei, pois foi uma situação anti-democrática dar à CIMO funções de Câmara.-----

Não há nenhum processo de empréstimo que não deva ter o resultado desse empréstimo em termos de encargos não só daquele momento como projectado para futuro, para nós vermos as consequências do grau de endividamento.-----

Nós chegamos aqui vemos os serviços darem-nos uma informação, a Caixa Geral de Depósitos outra, neste momento histórico; não realçam o que vai ocorrer daqui a três anos quando começarmos a fazer as amortizações.-----

Eu não vou repetir o que aqui já foi dito pelo PSD, seria sobrecarregar a Assembleia, no entanto, quero dizer que, o Salmonete que foi representante do PSD na Assembleia da Freguesia da Ramada, acompanhou por dever, as dificuldades que a Junta de Freguesia atravessou por ter à sua frente gente de palavra. Quando tem compromissos quer cumprir, e as dificuldades que teve para pagar a tempo e horas, o que deve. Mas qual não é o meu espanto quando agora vejo que o Município passou com um saldo de oitocentos e oitenta e sete mil seiscentos e oitenta e nove contos, e não pagou cento e poucos mil contos às Juntas. Isto é uma falta de solidariedade institucional, é a todos os títulos incompreensível, que uma Câmara que sabe que as Juntas pagaram verbas da sua conta e não lhes pagar, agora passa com um saldo elevado e não lhes paga. Isto não passa pela cabeça de ninguém, eu preciso de saber porquê?! Foi para nos travar? Para não fazermos trabalho? A ver se todos perdíamos as eleições? Como é? Vamos lá ver. Isto assim é complicado!-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Esta Assembleia tem que começar a analisar os casos objectivos e também os subjectivos porque esta coisa de não pagar tanto dinheiro, tem que se perceber porquê, registando um saldo de oitocentos e oitenta e sete mil seiscientos e oitenta e nove contos, não pagando a nossa dívida de cento e onze mil contos, é uma situação muito censurável.-----

Há outra também a que eu sou obrigado esclarecer aqui, embora tendo o apoio do grupo da CDU, eu não deixo de ser Presidente da Junta, disso é que eu não abduco da minha posição de Presidente de Junta e essa é inabalável. Tenho sempre a liberdade de ser Presidente de Junta, em qualquer sítio e sempre me trataram como tal, e não por deputado (eu até sou candidato a deputado), mas pretendo ser tratado por Presidente.-----

Pergunto ao Sr. Presidente o que é que aconteceu para que a Ramada mais uma vez não tenha sido contemplada com nada na saúde, é a 3ª freguesia do Concelho, mas trata-se da Póvoa de Stº Adrião, trata-se do Olival Basto e mais uma vez a Freguesia da Ramada não conta dos anais da história para construção de um Centro de Saúde... O Senhor Presidente quando andou na campanha eleitoral a distribuir flores, prometeu tudo e mais alguma coisa, às pessoas. Como Presidente de Junta e pertencendo à CDU, não me calo, não me venham dizer que só faço buzinhos, que corto estradas e tudo e mais alguma coisa...porque faço! Isto é uma ofensa ao povo da Ramada, fiquem a saber que isto não vai ficar assim! Há 12 anos que ando a agir e bater-me pelo Centro de Saúde para a Ramada...Isto não é admissível, é uma tragédia mental a política de gestão deste Concelho.”-----

O Membro da Assembleia Municipal, **Reinaldo Manuel Guerreiro Figueira**, em nome da Bancada do **CDS/PP**, no uso da palavra, para intervenção sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, disse:-
“Gostava de poder contribuir com alguma eficácia para este debate, a informação que foi apresentada pelo Senhor Presidente, de facto é um espaço de tempo muito curto, enfim é um mês, há uma pequena incorrecção a Assembleia é dia 7 e não dia 5, de qualquer forma eu não quero deixar de manifestar alguma preocupação a em relação a três ou quatro coisas, nomeadamente:-----

- A macro - estrutura e o regulamento orgânico, mas isso será discutido mais tarde, é uma preocupação que nós temos;-----
- ao quadro de pessoal do Município;-----
- aos empréstimos contraídos ou a contrair;-----
- e à sua capacidade de endividamento.-----

Penso que isso são de facto problemas importantes, mas como já foram levantadas muitas questões de pormenor, por os dois deputados que me antecederam, naturalmente não vou colocar as mesmas questões, porque em parte eram muitas daquelas que tinha para colocar, que naturalmente o Senhor Presidente irá esclarecer.”-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

O Membro da Assembleia Municipal, **Armando Ramalho dos Santos**, em nome da Bancada do **PS**, no uso da palavra, para intervenção sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, disse:-----

“Já tive oportunidade de ver as estrelas da companhia, em exercício, digo-vos com toda a honestidade não tenho a vossa experiência nem a vossa bagagem, mas penso colmatar isso com o vosso exercício habitual nestas assembleias, lá chegarei, espero eu.-----

No entanto queria dizer aos meus caros deputados, que o partido socialista também é um partido reivindicativo, e não vos passa seguramente que dentro do nosso partido somos ainda mais reivindicativos.

Aqui, a questão da eficácia perde-se um bocado no debate, porque precisamos de tempo, e eu aceito isso.

Mas gostava de deixar duas pinceladas, aqui ao meu caro amigo Salmonete: os dez anos de exercício do Dr. Cavaco Silva, do professor Dr. Cavaco Silva, realmente foi uma construção desenfreada que o povo reconheceu em eleições posteriores, mas não se esqueça também de citar o Hospital de Torres Novas, o de Abrantes e o de Tomar que agora não tem doentes nem quadros; e quanto ao hospital para o nosso Concelho, se o seu governo for eleito, essa preocupação acaba porque é extinto o IPE.-----

Quanto ao nosso amigo Ilídio deixe que lhe diga o seguinte: penso que não ter mais preocupações daquelas que o atormentam habitualmente na sua gestão autárquica, porque as questões objectivas e subjectivas vão ser tratadas em sede da aproximação á gestão deste Concelho, portanto por aí penso eu ficar descansado com o contributo dos seus camaradas.-----

Quanto a outra questão que aqui foi citada da segurança, eu gostava de dizer o seguinte: o partido socialista mostrou aqui a sua boa fé e a sua boa vontade mais uma vez reivindicativa, de votar a moção do PSD, na figura do Presidente da Junta de Odivelas, podem ter a certeza que é um assunto que nos preocupa, simplesmente nós, remete-mos isso para um debate alargado da Segurança como foi decidido por esta Assembleia.”-----

Pela Senhora Presidente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões sobre a Actividade e Situação Financeira do Município acima levantadas pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal:-----

“Em relação á Amascultura telegraficamente o que se passa é que a Assembleia Intermunicipal dos cinco municípios, acordou por unanimidade, constituir um quadro para integrar os doze funcionários que ainda se encontram e nos termos da lei cada Município terá que integrar esses doze funcionários na proporção da sua participação no capital ou nas despesas da sociedade, e portanto está assegurada a estabilidade; primeiro pela criação do quadro, aprovada por unanimidade na Assembleia Intermunicipal, e portanto eles agora irão integrar um quadro e uma vez integrado o quadro, integrarão os quadros dos respectivos cinco municípios na proporção, em cada município contribuir para a Amascultura. Portanto, e essa de facto é a maior garantia, que pode ser dada e na altura foi isso que eu quis referir e não foi bem entendido; portanto todos os municípios asseguraram em termos de partilha, também a partilha dos recursos humanos.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Em relação aos dois milhões e cem mil contos, que fique bem claro o seguinte: foi deliberado por unanimidade pelos vogais da comissão instaladora, que a partir de uma data de Outubro, dada a necessidade de adaptar as nossas contas e os nossos saldos ao euro, e de os adaptar-mos ao POCAL que só em caso excepcionais, haveria novos cabimentos a partir de Outubro, foi por unanimidade pelos vogais da Comissão Instaladora. E mais ficou deliberado que a partir de Dezembro não podia haver pagamentos, para que o apuramento final da Conta de Gerência, de facto, pudesse com rigor ser feita já em euros e dar tempo suficiente aos serviços para que todas as contas correntes fossem passadas a pente fino, porque todas as parcelas uma a uma tinham de ser convertidas em euros e não por totais, como compreenderam, portanto foi uma deliberação por unanimidade. Nós atrasámos mais este ano do que o ano passado, significa que, naturalmente houve razões fundamentadas que o ano passado não houve, o ano passado passámos com cerca de oitocentos mil contos saldo de Gerência, como é do conhecimento público, só situações anormais naturalmente fariam com que assim fosse.-----

Segunda situação anormal, além destas duas que eu aqui falei.-----

A terceira é: como é sabido após a posse da Câmara houve que reclassificar todo problema em termos das contas bancárias que estavam abertas em nome da Comissão Instaladora para passarem a ser abertas em nome da Câmara Municipal, e renomear os membros Vereadores da Câmara que estavam autorizados a movimentar as contas, situação que só terminou em 25 de Janeiro e portanto houve aqui um período de tempo em que infelizmente não foi possível, por estas razões proceder aos pagamentos; no entanto, em relação aos dois milhões de contos que fique claro, há neste momento, e ontem houve reunião de Câmara, a folha que assinada por todos os vereadores indicava um saldo em conta e banco superior a 1 milhão de contos.-----

Além disso o empréstimo de médio e longo prazo que foi contraído para pagar empreitadas e fornecedores de empreitadas ainda só foi absorvido até 2,3 milhões de contos, pelo que ainda há 2,7 milhões de contos para reserva, para que todos esses pagamentos, cerca de novecentos mil contos aos empreiteiros possa ser satisfeito a qualquer momento e já foi pedida à Caixa Geral de Depósitos para fazer creditar na conta da nova Câmara o montante suficiente, ou seja, os dois milhões de contos, estão cobertos por um lado pelo saldo existente de 1 milhão de contos por outro lado pelo recurso ao crédito de médio e longo prazo para satisfazer as dívidas com os nossos empreiteiros e fornecedores de empreitadas.-----

Em relação há EDP, houve aqui de facto uma discrepância, havia uma dívida inicial foram entretanto pagos cinco mil contos, daí a diferença, mas como sabem a dívida da EDP não é preocupante porque de três em três meses recebemos da EDP, uma renda que é equivalente mais ou menos ao custo que pagamos na EDP (um pouco mais até), portanto a dívida da EDP que nos preocupe.-----

Em relação á dívida com as Juntas de Freguesia, derivou disto mesmo, a partir de Outubro houve o consentimento entre nós que só a título excepcional é que seriam admitidos novos protocolos para serem



Município de Odivelas Assembleia Municipal

aprovados muitas das Juntas já tinham realizado obras, mas como não era possível fazer mais cabimentações, tivemos naturalmente de pôr em reserva um conjunto de protocolos que mesmo que os serviços tenham enviados em Novembro ou Dezembro, já não puderam ser pagos e por isso a dívida dos cento e onze mil contos, mas devo esclarecer neste momento, destes cento e onze mil contos, cinquenta e dois mil já foram pagos ás Juntas de Freguesia, ou seja praticamente metade já está paga, a outra metade segue oportunamente neste plano de pagamentos que já está em vigor.-----

Em relação ao total das dívidas, Senhores Deputados Municipais, sejamos muito claros, aqui não há diferenças, uma informação diz respeito ao endividamento da Câmara antes da reestruturação da dívida que os Senhores próprios Presidentes da Assembleia de Freguesia e Presidentes de Junta de Freguesia aprovaram em substituição do tal órgão da Assembleia Municipal que não existia, e ontem, o Tribunal de Contas, deu o seu visto á reestruturação da dívida e portanto não há coincidência nos valores indicados pela Caixa Geral de Depósitos onde indica já dívida reestruturada, e reestruturação da dívida prevê em muitos casos que alguns empréstimos durante os três primeiros anos tenham um período de carência e apenas paguem juros e comecem a pagar as amortizações apenas a partir do quarto ano, e por isso essa discrepância, naturalmente; na próxima informação como sabem quando os Senhores Deputados Municipais aprovarem o orçamento é obrigatório que no orçamento haja um mapa identificativo de todas as dívidas e do escalonamento do serviço da dívida ao longo dos anos; e portanto os Senhores Deputados Municipais puderam ficar seguros, que no documento para o orçamento para 2002, que está em preparação, virá já devidamente actualizado com reestruturação da dívida, toda a informação sobre o escalonamento de encargos de amortização, juros anuais, para que tenham consciência de qual é o valor anual desses nossos encargos e para que façam as devidas contas, sabendo que nos termos da Lei o endividamento, ou seja, os encargos de juros e amortizações podem atingir os três duodécimos, o que neste momento com o aumento que houve são cerca de setecentos e cinquenta mil contos, e nós estamos segundo aquilo que percebi, entre os quatrocentos e quinhentos mil contos neste momento com esta reestruturação da dívida, ou seja ainda estamos trezentos mil contos ano, abaixo do limite máximo de endividamento; o que significa que a uma taxa média de 5% hipoteticamente ainda podíamos ir buscar mais seis milhões de contos de empréstimo, esperemos que não seja preciso; mas é só para vos dizer nos termos da reestruturação da dívida, tal como ela foi aprovada e tal como ela virá no mapa do orçamento que vos será presente oportunamente, irão verificar que os encargos anuais vão permitir em relação aos três duodécimos actualizados que vêm do orçamento geral do Estado, do Fundo Geral Municipal e do Fundo Coesão Municipal; ainda um remanescente, esse sim vai ser já devidamente actualizado; que poderá permitir uma taxa média de 5%, ainda um recurso de cinco ou seis milhões de contos, se forem necessários para fazerem investimentos ao longo destes anos que nos faltam ainda neste mandato.-----

O total de endividamento é muito simples de fazer Senhores Deputados Municipais, herdámos cerca de cinco milhões e meio de contos de dívida de Loures, e neste momento em relação ao empréstimo de médio



Município de Odivelas Assembleia Municipal

e longo prazo, está registado uma utilização de apenas 2,3 milhões de contos, daí os tais oito ou nove milhões de contos que estão evidenciados, e portanto esses oito e meio ou nove milhões de contos tem haver, apenas, com 5,3 ou 5,5 milhões de contos herdados da partilha feita com Loures, e dos cerca dos 2,3 milhões de contos que já utilizámos dos cinco milhões e que temos ainda 2,7 milhões de contos por utilizar do tal empréstimo de médio e longo prazo. -----

Sobre o novo hospital não quero aprofundar muito, é do conhecimento público que a Associação de municípios Portugueses tem pareceres jurídicos, que na altura, enviou que colocou as mais sérias reservas que as autarquias enquanto tal pudessem ser parceiras na gestão do equipamento como hospital, e portanto enquanto não formos devidamente esclarecidos, estamos á espera que venha notícia do Senhor Ministro e dos seus pareceres jurídicos competentes, naturalmente que o Município de Odivelas manifestou e manifesta e continua a manifestar o maior empenho em que seja construído o hospital Loures/Odivelas, porque não podemos esquecer que só a Maternidade Alfredo da Costa, em termos de partos, entre Loures e Odivelas continua com 90% dos partos e portanto é impensável para nós, que nós, se houver possibilidade legal ponhamos algum entrave que seja á construção do hospital Loures/Odivelas, portanto neste ponto estamos todos de acordo. -----

Em relação ao pedido de esclarecimentos pedidos pelo Presidente de Junta (já que não quer que lhe chame Membro da Assembleia Municipal) Ilídio Ferreira é o seguinte: quanto aos esclarecimentos da dívida julgo que estamos entendidos, portanto a dívida é esta e não é outra, são os cinco milhões e meio mais ou cerca de 2,3 milhões de contos que já utilizamos do empréstimo, quanto ás condições da dívida quando os Senhores Presidentes de Junta aprovaram, porque tiveram de aprovar, e teve que ir á rectificação do governo, quer a partilha quer o empréstimo que pedimos á Caixa Geral de Depósitos estava lá esclarecido qual era de facto as condições desse empréstimo, e foi nessas condições que foram ao tribunal de contas, e que foi visado favoravelmente e naturalmente que agora temos que esperar Senhor Presidente de Junta, que o novo orçamento para o ano 2002 transcreva na integra o que resultou agora desta reestruturação da dívida aprovada finalmente pelo Tribunal de Contas e as dívidas que temos quer da partilha com Loures quer aquelas que derivam dos nossos empréstimos que entretanto fomos contraíndo para pagar investimentos municipais. -----

Quanto aos pagamentos ás Juntas de Freguesia julgo que está esclarecido e o Senhor Dr. João Fernandes aqui presente na próxima 2ªfeira, irá fazer, a meu pedido o ponto de situação das dívidas ás Juntas de Freguesia da Ramada e dos pagamentos que possam já ter sido assinados por mim, ou em horas de pagamento ou em cheque emitido, para dar conhecimento ao Senhor Presidente da Junta Freguesia da Ramada, porque não foi discriminada a orientação que eu disse é que esses cinquenta e dois mil contos fossem repartidos igualmente pelas Juntas, na proporção da dívida, e portanto eu julgo que o Dr. João Fernandes estará em condições, na próxima 2ª feira de o esclarecer do escalonamento dos pagamentos



Município de Odivelas Assembleia Municipal

que estão já para a Ramada, na presunção Senhor Presidente da Junta, de que uma vez aprovado este empréstimo a curto prazo liquidamos a totalidade dos cento e onze mil contos a todas as juntas de freguesia para partimos de facto de uma situação limpa para uma nova vida e para um novo ano económico. -----

Em relação ao problema da saúde é público, quer eu quer a Senhora Vereadora Natalina Santos defendemos que em relação a todos os projectos de Centro de Saúde que já tivessem projecto de arquitectura e projecto de especialidades aprovado, manifestámos e assinámos um contrato programa para que o Município assumisse a responsabilidade da construção dos Centros de saúde, mas também eu e a Vereadora Natália Santos manifestámos publicamente ao senhor Ministro da Saúde a nossa preocupação quanto á Pontinha e quanto á Ramada, pode confirmar junto da Senhora Vereadora Natália Santos que nós temos em cima da mesa esta reivindicação permanente de que não é possível com o crescimento que a Ramada tem tido que não possa ter, em termos de proximidade um equipamento de saúde para serviço das suas populações e portanto este é um compromisso que eu e Drª Natália Santos enquanto responsáveis pela Saúde também queremos assumir perante todos.-----

E Senhora Presidente tão breve quanto possível acho que respondi a todas as questões.”-----

O Membro da Assembleia e Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio de Magalhães Ferreira, da Bancada da CDU**, usou novamente da palavra, para afirmar o seguinte: -----

“Espero que ou o Senhor Presidente da Câmara ou o Presidente da Junta de freguesia da Ramada tenha que meter na ordem os seus funcionários pois um deles não tem as informações correctas ou não as executam bem, espero que na próxima tiremos esta questão a limpo.-----

Peço-lhe muita desculpa mas os números são números, e nós temos o direito e o dever de exigir rigor na informação, tenham paciência, se este mapa que aqui está feita pelos seus serviços está certo em todo o resto e não está certo no somatório do empréstimo o mapa é incoerente, porque se tem encargos correspondentes a bases que não existem o mapa é incoerente, portanto acho que deve ser assumido. Isto acontece a qualquer um. O mapa não está correcto; este mapa, que aqui está, está correcto em relação capacidade de endividamento, em encargos 2002, está em capacidade de endividamento saldo disponível está correcto em tudo, só não está correcto ao nível do valor do empréstimo, é de assumir que não está correcto. Isto acontece a qualquer pessoa, o que afirmo, está de acordo com o que diz a Caixa Geral e Depósitos.-----

Agora o que é importante para nós representantes é que asseguramos as nossas responsabilidades. Eu assumo a responsabilidade dos empréstimos, tanto dos que eu concordei como dos que eu discordei, infelizmente é assim. Nós temos que ver em todos os actos que praticámos, qual vai ser a sua incidência no futuro, isto, tenha paciência, Senhor Presidente da Câmara, por muito respeito que tenho, pela sua posição, as situações têm de ser claras. Nesta Assembleia tem que haver essa informação, é um encargo, eu tenho



Município de Odivelas Assembleia Municipal

que conhecer o valor do empréstimo, do encargo em cada momento histórico, até à sua projecção. Não pode ser. Sim senhor, está aqui, que durante estes primeiros anos aquilo a que chama período de carência é zero, mas o período de carência zero é de três anos, se não estou em erro, ora ao fim destes três anos vai haver um encargo e deveria estar aqui, no ano tal (porque o mandato é de quatro anos) no terceiro ano vamos começar a ter o encargo tal, no quarto ano tal e por aí fora, isto pelo menos até ao fim do mandato, para conhecermos qual é a nossa responsabilidade.-----

Peço perdão mas eu não posso aceitar as respostas que foram dadas não são, satisfatórias, claro que eu, enfim compreendo, mas não aceito satisfatoriamente a resposta, porque não nos dá exactamente os encargos que vão ocorrer, por exemplo, daqui a três anos, quando começam a ocorrer as amortizações, são de tal maneira que me assustam quando analiso estes números! Nós vamos ter uma situação económica desfavorável, posso admitir que neste momento estamos no limite da capacidade de endividamento. Posso admiti-lo.”-----

O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues da Bancada do PPD/PSD**, usou novamente da palavra, para afirmar o seguinte:-----

“Primeiro antes de mais não quero que por nossa causa o Senhor Presidente “obrigue” o Dr. João Fernandes a vir trabalhar na próxima 2ªfeira (que é ponte), por nós está à vontade.-----
Nós não estamos preocupados com a dívida à EDP, a questão que nós levantámos foi que havia uma diferença entre os dois mapas apresentados, havia uma discrepância e assim pedimos só para saber ao que se refere.-----

Acerca da Amascultura a minha pergunta tem haver com o seguinte: no último dia 21 de Dezembro, em Loures, na última Assembleia Municipal, que foi realizada no refeitório dos serviços municipalizados, apareceram lá cerca de vinte sete trabalhadores da Amascultura, a pergunta é esta, e havia uma questão que eles colocaram, que era a questão dos vencimentos; e pelo Vereador Senhor Rui Pinheiro, foi explicado que muitos trabalhadores em vez de passarem a ganhar duzentos e tal contos como ganhavam, não tinham habilitações para tal e tinham que entrar no quadro através do qual passavam a ser auxiliares administrativos, era a única hipótese a de passarem a ganhar cerca de setenta contos; e era essa a questão que se colocava e se coloca.-----

Portanto como havia e há uma diferença de trabalhadores, cerca de doze fiquei sem saber quantos é que são assumidos, pelas Câmaras de Loures e Odivelas se as partes são exactamente iguais ou não, mas isso também fica para outra altura.”-----

O Membro da Assembleia Municipal, **Vítor Manuel Alves Peixoto**, em nome da Bancada do **PS**, no uso da palavra, para intervenção sobre a Actividade e Situação Financeira do Município, disse:-----

“Tenho pena que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ramada se tenha ausentado momentaneamente que eu gostava que ele ouvisse isto, mas não há problema a bancada diz-lhe.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Como sabem o ano passado, em determinada altura houve um certo boato, que a Comissão Instaladora tinha pago á Junta de Odivelas cerca de cem mil contos, o que não foi verdade, e vocês já vão ver porquê.-- Veio aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ramada dizer que, provavelmente a Comissão Instaladora na altura não pagou ás Juntas de Freguesia, para não se fazer obras, eu fiz na mesma, estão os fornecedores á espera mas vão receber.-----

Agora o que está aqui em causa é o seguinte, para além desta informação não ser verdadeira, eu quero-vos confrontar com estas contas, ou seja, a Comissão Instaladora passou o ano a dever cento e onze mil contos ás Juntas de Freguesias, segundo informação do Senhor Presidente da Câmara, pagou recentemente cinquenta e dois mil contos, ou seja, ficou a dever cinquenta e nove mil contos, pelas minhas contas, ora bem como a Junta de Freguesia de Odivelas, tinha a receber sessenta e cinco mil contos do final do ano para cá, e recebeu quinze mil, ficou-lhe a dever cinquenta mil. Se o valor da dívida era de cento e onze mil e foram pagos cinquenta e dois mil, quer dizer que restam cinquenta e nove, para os cinquenta mil que deve á Junta.-----

Senhor Presidente gostaria que ouvisse esta minha intervenção. Sou dos primeiros a dizer que os pagamentos às Juntas de Freguesia devem ser sagrados, porque as Juntas de Freguesia contratualizam também com fornecedores, com empreiteiros e têm que lhes pagar também, têm os mesmos problemas, e por arrastamento nós não temos que ter os mesmos problemas, por questão de princípio, acho que deve ser assim; mas compreendi claramente aprovação que Comissão Instaladora teve na altura, quanto ás regras a definir, não só ás cabimentações, mas também relativamente aos pagamentos, por isso mesmo esta questão para mim, está esclarecida, aguardo ansiosamente que Câmara Municipal de Odivelas pague á Junta de Odivelas, os cinquenta mil contos que deve, dos cinquenta e nove mil totais, e já agora uma questão aqui para o meu amigo Salmonete, de facto eu vi aqui uma série de pedidos de esclarecimentos, e estranho que alguns deles tenham acontecido, estranho por uma razão muito simples, é o PSD esteve envolvido na gestão da Comissão Instaladora e há aqui questões que foram colocadas que obviamente o PSD tem conhecimento, esperam-se os próximos capítulos.”-----

O Membro da Assembleia Municipal, **Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues**, da Bancada do **PPD/PSD**, pediu a palavra, para responder à intervenção anterior e, no uso da mesma, disse:-----

“É para dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas que somos um grupo autónomo, se bem que trabalhamos em conjunto com os Vereadores do mesmo partido, temos as nossas posições próprias e não estamos amarrados aos vereadores, temos ideias próprias e temos o nosso meio de actuação própria, quando nós fazemos as perguntas se o Senhor achar mal, diga, que nós retiramos as perguntas, se houver algum inconveniente.”-----

A **Senhora Presidente** deu por terminada a análise e apreciação do Ponto 1 da Ordem do Dia.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

PONTO 2 – PROJECTO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Presente, para deliberação, o Projecto de Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas, o qual se encontra arquivado, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião, pelo que, se dá aqui por reproduzido, de acordo com o proposto no Ofício nº 01/31 de Janeiro de 2002, que seguidamente se transcreve:-----

OFÍCIO:-----

“A Mesa da Assembleia Municipal, nos termos da al a) do nº 1 do artigo 46º - A Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5A/2002, de 11 de Janeiro, vem apresentar à Assembleia Municipal de Odivelas, o Projecto de Regimento *sub judice*, para que o mesmo seja objecto de elaboração final e aprovação, tal como previsto na al b) do nº1 do artigo 53º da Lei supra citada.”-----

A **Senhora Presidente** teceu as seguintes considerações iniciais:-----

“A Mesa ao abrigo da nova lei apresentou-vos um projecto de Regimento da Assembleia Municipal, mas tendo em conta a complexidade do documento e do facto de ser indispensável que o mesmo seja o mais participado por todas as forças políticas, a fim de obter o maior consenso de todos, uma vez que é um dos nossos pilares, bem como um documento orientador da condução dos nossos trabalhos. Na reunião de líderes, de 2ª feira propôs-se, que este projecto de Regimento seja apreciado e objecto de redacção final, propostas de alteração e eliminação por parte de um Grupo de Trabalho.-----

O referido Grupo de Trabalho, seria composto por um representante de cada uma das bancadas. Assim, o CDS/PP indicou o seu único Membro da Assembleia Municipal, Reinaldo Figueira, pelo PSD foi indicado o Membro da Assembleia Municipal Luís Salmonete, a CDU indicou Ilídio Ferreira e o PS indicou o Membro da Assembleia Municipal Armando Ramalho. Este Grupo de Trabalho terá a sua 1ª reunião no dia 25 de Fevereiro, pelas 21 horas, irá constituir-se por sessenta dias.”-----

A **Senhora Presidente**, questionando a Assembleia sobre se estava de acordo com a constituição de um Grupo de Trabalho, para elaborar uma redacção final, para a Proposta de Regimento apresentada pela Mesa, frisou que a mesma, mais não era do que um embrião ou um «pontapé de saída», que a Mesa quis dar, também para facilitar, obviamente, os trabalhos. Tendo havido consenso, a constituição do Grupo de Trabalho foi posto à votação.-----

APROVADA, POR UNANIMIDADE, A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO REGIMENTO.----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Foi, de imediato, efectuada a convocatória da primeira reunião do Grupo de Trabalho do Regimento para o próximo dia 25 de Fevereiro.-----

A votação do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas foi adiada *sine die*.-----

PONTO 3 – SELO BRANCO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS-----

Presente, para aprovação, a proposta de Selo Branco do Município de Odivelas, apresentada pela Câmara Municipal e aprovada, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PPD/PSD, na 2ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 23 de Janeiro de 2002, para utilização até à constituição dos símbolos heráldicos do Município.-----

A acta da Reunião acima referida, bem como a proposta de Selo Branco e a declaração de voto efectuada pelos Vereadores do PPD/PSD, encontram-se arquivadas, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião, pelo que, se dão aqui por reproduzidas.-----

O Ponto foi posto à discussão tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Salmonete, pela Bancada do **PPD/PSD**;-----

Abílio Santos, pela Bancada do **PS**;-----

Manuel Soares, pela Bancada do **PPD/PSD**.-----

A **Senhora Presidente**, agradecendo a intervenção dos Membros da Assembleia acima referidos, colocou o ponto à votação.-----

Na sequência da votação acima referida foi:-----

APROVADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DA BANCADA DO PS E DA BANCADA DA CDU E COM AS ABSTENÇÕES DA BANCADA DO PSD E DA BANCADA DO CDS-PP, A PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO SELO BRANCO DO MUNICÍPIO ATÉ À CONSTITUIÇÃO DOS SÍMBOLOS HERÁLDICOS DO MUNICÍPIO.-----

Foi apresentada, pelo Membro da Assembleia Municipal **Manuel Soares Mendes**, da Bancada do **PPD/PSD**, a seguinte **declaração de voto**:-----

“Os Membros da Assembleia Municipal do PPD/PSD não vão votar favoravelmente a proposta de “Selo Branco” apresentados:-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

- 1.º - Por o considerarem muito idêntico ao logotipo da extinta Comissão Instaladora, nomeadamente, no que diz respeito ao traços simbolizando um Município em instalação e construção, situação que se mantém neste logotipo;-----
 - 2.º - Tendo em consideração de que, após as eleições autárquicas e tomada de posse dos seus órgãos, não faz sentido, apresentar para aprovação o Selo Branco da Comissão Instaladora do Município de Odivelas ligeiramente retocado, mantendo no essencial a sua característica e tipologia;-----
 - 3.º - Embora a vontade dos Deputados Municipais do PPD/PSD fosse votar contra esta proposta, decidimos, porque temos o sentido de responsabilidade e porque não queremos inviabilizar o normal funcionamento dos serviços municipais, abstermo-nos nesta matéria.-----
- Os Membros da Assembleia Municipal do PPD/PSD."-----

PONTO 4 – REGULAMENTO ORGÂNICO DA CÂMARA MUNICIPAL, MACRO-ESTRUTURA, MICRO-ESTRUTURA E CLASSIFICADOR-----

Presente, para aprovação, a proposta do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, de 07/02/2002, para submeter à competência deliberativa da Assembleia Municipal as alterações ao Regulamento Orgânico do Município de Odivelas, a qual se encontra arquivada, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião, pelo que, se dá aqui por reproduzida.-----

O Regulamento Orgânico do Município de Odivelas acima referido, foi aprovado de acordo com a Proposta da Câmara Municipal, constante na sua 1ª Reunião Extraordinária de 16.01.2002, e com as alterações deliberadas na sua 3ª Reunião Ordinária de 06.02.2002, alterações essas recebidas pela Mesa da Assembleia Municipal no início da presente Sessão e distribuídas de imediato a todas as Bancadas partidárias no decurso dos trabalhos.-----

O Ponto foi posto à discussão tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues, pela Bancada do **PPD/PSD**;-----

Jorge Manuel Mota Ramos da Silva, pela Bancada do **PS**;-----

Francisco Joaquim Lourenço Pereira, Pela Bancada da **CDU**;-----

Vítor Manuel Alves Peixoto, pela Bancada do **PS**.-----

A **Senhora Presidente**, agradecendo a intervenção dos Membros da Assembleia acima referidos, colocou o ponto à votação.-----

Na sequência da votação acima referida foi:-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

APROVADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DA BANCADA DO PS E DA CDU, E VOTOS CONTRA DA BANCADA DO PSD E COM A ABSTENÇÃO DA BANCADA DO CDS/PP, REGULAMENTO ORGÂNICO DA CÂMARA MUNICIPAL, MACRO-ESTRUTURA, MICRO-ESTRUTURA E CLASSIFICADOR.-----

Foi apresentada, pela Bancada do **PPD/PSD**, a seguinte **declaração de voto**:-----
“Os Membros da Assembleia Municipal do PPD/PSD, em consonância com os Srs. Vereadores do PPD/PSD na Câmara Municipal de Odivelas, votaram contra as propostas de Macro-Estrutura e Regulamento Orgânico do Município de Odivelas, apresentadas no ponto 4 da ordem de trabalhos da 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, pelos seguintes motivos:-----

- 1 – Em termos globais, as propostas apresentadas, apresentam uma estrutura Municipal daquela que o nosso Partido entende ser a melhor para uma gestão mais eficaz da Câmara Municipal, e para a prestação dum melhor serviço aos Municípios.-----
- 2 – Verifica-se um aumento da estrutura orgânica, com a criação de mais um departamento, e a criação de Divisões com funções muito idênticas.-----
- 3 – Em termos mais específicos, os Membros da Assembleia Municipal do PPD/PSD manifestam:-----
 - a) a sua discordância relativamente à extinção do Departamento de Actividades Económicas, cuja actividade foi amplamente reconhecida pelos agentes económicos, e cuja transformação em Gabinete não deixará de constituir um claro sinal de desinteresse, por parte deste novo executivo.---
 - b) a sua discordância pela separação do Turismo relativamente às Actividades Económicas.-----
 - c) a sua discordância com a opção de passar a sinalização e Trânsito a mero sector duma Divisão, rejeitando a experiência de outras Câmaras já instaladas, com menores problemas de trânsito.”-----

PONTO 5 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A CURTO PRAZO 01/02-----

Presente, para aprovação, o pedido de autorização de Contracção de Empréstimo Bancário a Curto Prazo 01 / 02, nos termos propostos pela Câmara Municipal e aprovado na sua 2ª Reunião Extraordinária de 30/01/2002.-----

Todos os documentos de suporte à Contracção de Empréstimo Bancário a Curto Prazo 01 / 02, encontram-se arquivados, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião, pelo que, se dão aqui por reproduzidos.-----

O Ponto foi posto à discussão tendo usado a palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Carlos José Pereira da Silva Santos, pela Bancada da **CDU**;-----

António Manuel Zózimo Vieira, pela Bancada do **PS**;-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues, pela Bancada do **PPD/PSD**;-----

Vítor Manuel Alves Peixoto, pela Bancada do **PS**.-----

Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões que lhe foram colocadas.-----

A **Senhora Presidente**, agradecendo a intervenção dos Membros da Assembleia acima referidos, colocou o ponto à votação.-----

Na sequência da votação acima referida foi:-----

APROVADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DA BANCADA DO PS E DA BANCADA DA CDU, E COM AS ABSTENÇÕES DA BANCADA DO PSD E DA BANCADA DO CDS/PP, AUTORIZAR A CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A CURTO PRAZO 01/02, NOS TERMOS PROPOSTOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

Foi apresentada, pela Bancada do **PPD/PSD**, a seguinte **declaração de voto:**-----

“A Bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Odivelas, absteve-se na votação da Proposta de Contracção de Empréstimo a Curto Prazo única e exclusivamente, porque o mesmo tem como finalidade o cumprimento de compromissos financeiros com funcionários do Município, com fornecedores e com as Juntas de Freguesia.-----

No entanto, não pode o PPD/PSD deixar de afirmar que a necessidade de contracção de mais um encargo financeiro para o Município surge claramente como consequência de um Orçamento irrealista para 2001, para o qual o PPD/PSD alertou em tempo oportuno, e que resulta da execução orçamental das Receitas, em que apenas foram efectivamente cobrados cerca de 13 milhões de contos contra os cerca de 25 milhões de contos que estavam previstos.-----

O PSD quer igualmente aproveitar esta oportunidade para afirmar que aguarda que a coligação PS/PCP (CDU), que gere os destinos da Câmara Municipal apresente para este ano uma proposta de Orçamento e Opções do Plano realista e exequível, atendendo à experiência que advém da execução orçamental de 2001, evitando que no futuro o Município tenha necessidade de proceder a mais empréstimos, aumentando consequentemente o endividamento da Câmara Municipal de Odivelas.”-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Foi apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da Ramada **Ilídio de Magalhães Ferreira**, em nome da Bancada da **CDU**, a seguinte declaração de voto:-----

“ A CDU votou favoravelmente, embora tenha sido a única força política da CIMO que em relação ao Orçamento 2001 votou contra. Votou agora favoravelmente porque os compromissos assumidos são para cumprir, e quando se trata acima de tudo de trabalhadores e das Juntas.-----
E já agora das Juntas, quero dizer-vos que tive a informação esplêndida que parece que foi recebido, hoje, que eu ainda não vi, um cheque de 200 contos. Para treze mil contos, estamos próximos.-----
Portanto, de certeza que este empréstimo vai resolver o problema; por isso é que nós votamos a favor.”-----

PONTO 6 – QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS-----

Presente, para aprovação, o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, aprovado na sua 1ª Reunião Extraordinária de 16/01/2002.-----

O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, bem como a respectiva acta da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal e documentos de suporte, encontram-se arquivados, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião, pelo que, se dão aqui por reproduzidos.-----

Foram proferidas as seguintes **declarações de voto**:-----

Foi apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal **Fernando Lourenço Baptista**, em nome da Bancada da **CDU**, a seguinte **declaração de voto**:-----

“O Quadro de Pessoal que nos é apresentado, mereceu aos Eleitos da CDU a melhor atenção e é com o maior sentido de responsabilidade que consideramos, ser no momento presente em que a Câmara inicia os seus primeiros passos, de grande importância e urgência, deliberar esta Assembleia Municipal no sentido de se garantir a todos os trabalhadores segurança e estabilidade nos seus postos de trabalho.-----

O Quadro de Pessoal referido, visa regularizar a situação dos Trabalhadores em situações muito diversas, têm vindo a exercer as suas funções no Município de Odivelas.-----

Também é sabido que, em diversos momentos, a CIMO procedeu a várias aprovações e alterações do que era denominado Mapa de Pessoal. Foi assim que, designadamente a CDU aprovou em sede da CIMO, em 19 de Outubro e em 20 de Dezembro últimos, essas alterações.-----

Sempre com o objectivo de salvaguardar os interesses dos trabalhadores.-----

Relativamente ao Quadro de Pessoal em discussão neste momento, é inequívoco que não se adequa à Macro e Micro-Estruturas aprovadas, quer em reunião de Câmara, quer nesta Assembleia Municipal, há momentos.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Será por conseguinte imperioso, garantidas as exigências legais com a aprovação deste Quadro de Pessoal de imediato, que a Câmara Municipal elabore um Quadro de Pessoal, em consonância com a nova estrutura orgânica municipal e as ajustáveis necessidades de pessoal daí decorrentes.-----

Assim, os Eleitos da CDU, propõem que a Câmara Municipal, no prazo máximo de 90 dias, elabore um Quadro de Pessoal que tenha em conta as reais necessidades, bem com as respectivas alterações que venham a impor-se.-----

Naturalmente que este novo Quadro exigirá a auscultação prévia de todos os Serviços e, tratando-se de uma matéria que respeita directamente aos trabalhadores, é entendimento da CDU que deverão ser ouvidas as estruturas representativas dos mesmos, afim de darem os seus contributos e pareceres que acharem convenientes.-----

Nesta conformidade, a CDU dá o seu parecer favorável à aprovação deste Quadro de Pessoal.”-----

Foi apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal **Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues** em nome da bancada do **PPD/PSD**, a seguinte declaração de voto:-----

“A bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Odivelas votaram favoravelmente este ponto por 2 razões essenciais:-----

A 1ª é porque em coerência com o que foi votado no período de instalação, entendemos necessárias a aprovação deste documento, se bem que já desajustado face à aprovação da Macro-Estrutura, mas este documento é essencial para a garantia do lugar dos trabalhadores e para a sua segurança.-----

Em 2º lugar, o nosso voto favorável prende-se com a garantia que só tinha sido dada noutras sedes, mas que foi também formalmente dada pelo Sr. Presidente da C.M.O. de que a mobilidade dos trabalhadores seria assegurada de acordo com as necessidades da Câmara, e que os trabalhadores que esforçadamente contribuíram para que o Município de Odivelas fosse uma realidade, e que estão em regime de contrato administrativo de provimento tenham o seu lugar assegurado no futuro Quadro de Pessoal definitivo da C.M.O. “-----

A **Senhora Presidente**, agradecendo as declarações dos Membros da Assembleia acima referidos, colocou o ponto à votação.-----

APROVADO, POR UNANIMIDADE, O QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, NOS TERMOS PROPOSTOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

PONTO 7 – SUPLEMENTO MENSAL DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO PESSOAL DIRIGENTE-----

Presente, para aprovação, a Proposta da Câmara Municipal sobre Pagamento do Suplemento Mensal de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente, aprovada, por unanimidade, na sua 2ª Reunião Ordinária de 23/01/2002, a qual se encontra arquivada, por fotocópia, na pasta e documentos da presente Reunião, pelo que, se dá aqui por reproduzida.-----

O **Senhor Presidente da Câmara** pediu a palavra para fazer uma breve introdução sobre o presente Ponto.-----

O Ponto foi posto à discussão tendo usado da palavra o Membro da Assembleia Municipal Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues, pela Bancada do PPD/PSD.-----

O **Senhor Presidente da Câmara**, prestou os esclarecimentos solicitados.-----

A **Senhora Presidente**, agradecendo as intervenções acima referidas, colocou o ponto à votação.-----

Na sequência da votação acima referida foi:-----

APROVADO, POR UNANIMIDADE, O PAGAMENTO DE SUPLEMENTO MENSAL DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO PESSOAL DIRIGENTE-----

PONTO 8 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA-----

Presente, para aprovação, o Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, de acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal e aprovada na sua 2ª Reunião Ordinária de 23/01/2002, cujo corpo da deliberação seguidamente se transcreve:-----

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

“Deliberado, por unanimidade, e para o período transitório a que alude o nº 1 *in fine* do artº 88º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e a título provisório, até que seja aprovada em definitivo a nova delegação, aprovar o projecto de delegação de competências nas Juntas de Freguesia com o conteúdo em tudo idêntico à delegação do ano transacto, com a eliminação do artº 27º, bem como proceder à transferência mensal para as Juntas de Freguesia das verbas a afectar ao exercício das competências delegadas, nos termos propostos na informação nº 3/DAF/DF/SR/2002, (2ª Via), de 14.01.2002 e dos Despachos do Senhor Director do Departamento Administrativo e Financeiro e do Senhor Presidente. Fica, deste modo, ratificado,



Município de Odivelas Assembleia Municipal

nos termos do nº 3 do artº 68 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o aludido despacho do Senhor Presidente na parte em que autoriza a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia.”-----

Todos os documentos referidos na deliberação da Câmara Municipal acima transcrita, encontram-se arquivados, por fotocópia, na pasta de documentos da presente Reunião, pelo que, se dão aqui por reproduzidos.-----

O **Senhor Presidente da Câmara**, pediu a palavra e fez uma breve introdução sobre a necessidade de aprovar o protocolo da Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, para assim permitir que o Município possa continuar mensalmente, a transferir para as Juntas de Freguesia as verbas para pagar as competências que estão delegadas, em termos de protocolo da delegação corrente com as Juntas.-----

O Membro da Assembleia Municipal, **Vítor Manuel Alves Peixoto**, da Bancada do **PS**, apresentou a seguinte **proposta**:-----
“Constituição de um Grupo de Trabalho para discutir e analisar o Protocolo da Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, que teria a composição de oito elementos, quatro do PS, dois da CDU e dois do PSD.”-----

A **Senhora Presidente** colocou à votação do Plenário a constituição do Grupo de Trabalho para revisão do Protocolo da Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.-----

Na sequência da votação acima referida foi:-----

APROVADA, POR UNANIMIDADE, A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO ACIMA REFERIDO.-

Foi apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal **Armindo Pires Fernandes**, em nome da Bancada da **CDU**, a seguinte **declaração de voto**:-----

“1 – A Delegação de Competências é um documento que vem ao encontro das reivindicações das Juntas e, pode considerar-se como um avanço em relação ao conjunto dos Municípios, onde esta realidade é mal reconhecida ou desconfiada em relação às competências dos Presidentes ou das respectivas Juntas.-----

2 – Não é o nosso caso, antes com Loures e agora com Odivelas, a nossa realidade é bem diferente, para melhor.-----

3 – Contudo, diferenças há, que teremos de ver corrigidas, tais como: ao nível do pessoal a considerar a população e a área da Freguesia.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

4 – Os valores de descentralização, entre freguesias, com responsabilidades diferentes (Mercado, Cemitério, etc.), são evidentes e desajustados.-----

5 – As zonas verdes dispersas e por cálculo, constituem realidades diferentes que urge resolver, visto os encargos serem bem diferentes de Freguesia a Freguesia.-----

6 – Na varrição, considerando as áreas a tratar e a sua dispersão geográfica, há que reajustar o número de pessoas a admitir ou a afectar ao serviço.-----

7 – Os Protocolos Adicionais, são demorados quando pedidos aos serviços afim de dar-mos início aos processos adjudicatórios. Também o seu pagamento às Juntas demora tempo a mais. É necessário que tal procedimento seja ajustado aos compromissos das Juntas.-----

- Todos estes assuntos justificam a criação de um Grupo de Trabalho que afine o documento em todas as suas vertentes, tornando-o justo e equilibrado no conjunto das freguesias, por forma a que a população do Município o entenda com justiça.”-----

Verificando a hora avançada dos trabalhos e estando ainda por discutir e deliberar sobre cinco pontos da Ordem do Dia, **a Senhora Presidente**, declarou suspensa a discussão dos referidos pontos da Ordem do Dia, por forma a possibilitar a abertura do Período de Intervenção do Público.-----

A **Senhora Presidente** procedeu à **Convocação de todos os Membros da Assembleia Municipal para a 2ª Reunião da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas a realizar no dia 13 de Fevereiro de 2002**, para se prosseguir com os Pontos subsequentes da Ordem do Dia que não ficaram esgotados na presente Reunião.-----

-----III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO-----

A **Senhora Presidente** informou todos os presentes que se encontrava aberto um período para intervenção do público, no decurso do qual os cidadãos previamente inscritos apenas poderiam usar da palavra uma única vez e que os interessados se deveriam dirigir à Mesa.-----

Usou da palavra o cidadão Armindo Gouveia do Pomarinho, que centralizou a sua intervenção sobre as acessibilidades do Pomarinho, bem como o mau estado dos passeios pedonais, principalmente ao lado sul da Rua João Villaret, freguesia de Odivelas, que liga à Rua Almada Negreiros – Pomarinho, à estrada Nacional 202 ^a. Por outro lado, lembrou também o problema do estacionamento nas referidas artérias, principalmente na Praceta David Mourão Ferreira, que devido ao estacionamento de viaturas de grande tonelagem, não permite a circulação de ambulâncias e outras viaturas, num caso de emergência.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Reunião pelas zero horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1º Secretário, pela 2º Secretário e pela Senhora Presidente.-----

Com base na acima referida Minuta, foi lavrada a presente Acta que, depois de lida pelo 1º Secretário José Manuel Tudela e aprovada pela Assembleia Municipal, vai ser assinada pelo 1º Secretário acima mencionado, pela 2º Secretário, Alcina Trindade e pela Presidente, Susana de Fátima Carvalho Amador.-----

O 1º Secretário: _____

A 2º Secretário: _____

A Senhora Presidente: _____